

MESTRADO EM ENSINO DE GEOGRAFIA NO

3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E NO ENSINO SECUNDÁRIO

A evolução da população portuguesa entre finais do século XIX e a atualidade.

Um ponto de vista de alunos do 10º ano

José Francisco Oliveira Aidos

M

Setembro de 2023



José Francisco Oliveira Aidos

A evolução da população portuguesa entre finais do século XIX e a atualidade. Um ponto de vista de alunos do 10º ano

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientada pelo Professor Doutor Luís Paulo Saldanha Martins.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2023

José Francisco Oliveira Aidos

A evolução da população portuguesa entre finais do século XIX e a atualidade. Um ponto de vista de alunos do 10º ano

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientada pelo Professor Doutor Luís Paulo Saldanha Martins.

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Sumário

Declaração de honra	6
Agradecimentos	7
Resumo.....	8
Abstract	9
Índice de Figuras	10
Índice de Tabelas.....	11
Índice de Gráficos.....	12
Introdução.....	13
Objetivos	14
Metodologia	15
Caraterização da escola.....	17
Caraterização das turmas.....	18
Aprendizagens essenciais.....	19
Manual Escolar	21
1.Apontamentos para um relatório	23
1.1. Escolha da temática e da pergunta de partida.....	23
1.2. Perguntas de desenvolvimento nos testes de avaliação.....	24
2.Enquadramento teórico	26
2.1. Introdução ao tema	26
2.2. Finais do século XIX até meados do século XX	28
2.2.1. Movimento populacional.....	28
2.2.2. O crescimento das áreas urbanas.....	30
2.2.3. A evolução demográfica	35
2.3. Do princípio dos anos 60 até meados dos anos 90	38
2.3.1. As consequências do elevado aumento da emigração.....	38
2.3.2. Destinos preferenciais dos emigrantes portugueses	39
2.3.3. Qual o local de origem dos emigrantes portugueses	41
2.3.4. A influência do 25 de abril na emigração portuguesa	43
2.3.5. A evolução demográfica no pós 25 de abril.....	45
2.3.6. O impacto económico da emigração	46
2.4. De meados dos anos 90 até à atualidade.....	48

2.4.1. A problemática do despovoamento nos municípios rurais	49
2.4.2. O decréscimo populacional	50
2.4.3. Desigual distribuição da população pelo território	51
2.4.4. Quais os principais destinos da emigração no século XXI	53
2.4.5. Que medidas a tomar para combater o despovoamento	56
3.Questionário de avaliação aos alunos.....	60
Considerações Finais	68
Referências Bibliográficas	71

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 15 de setembro de 2023

José Francisco Oliveira Aidos

Agradecimentos

Com a conclusão deste relatório encerra-se um ciclo como aluno. Deste modo, deixo os meus agradecimentos:

À minha família e amigos, pelo apoio imprescindível ao longo da minha formação.

A todos os colegas que me acompanharam neste percurso como aluno, desde os tempos da Escola Primária até à Faculdade. Ainda hoje os tempos antigos são recordados, e sem dúvida que isso se deve a todos os que fizeram parte desse tempo.

A todos os professores que tive ao longo do meu percurso escolar. Sem dúvida que hoje é mais fácil para mim entender o papel do professor, e as dificuldades enfrentadas.

Ao orientador e Professor Doutor Luís Paulo Martins pela disponibilidade e ensinamentos partilhados no decorrer deste relatório.

Ao professor Rui Marques pela disponibilidade, e transmissão dos seus ensinamentos, conhecimentos e técnicas que me permitiram crescer e melhorar no futuro enquanto docente.

Aos meus colegas de estágio Bruno, Diana e José Luís por todos os momentos vividos e partilhados, pela amizade e companheirismo.

Às turmas que tive a oportunidade de lecionar na Escola Secundária João Gonçalves Zarco, 7º1, 7º2, 7º3, 7º4 e ao 10º9 pela participação na elaboração deste relatório, e em especial às alunas do 10º9 Beatriz Monteiro e Filipa Barros pela colaboração e disponibilidade apresentada para a unidade curricular de TIC II.

Resumo

Este projeto de investigação teve como objetivo analisar a evolução da população portuguesa entre finais do século XIX e a atualidade, tendo também como ponto de vista uma turma do 10º ano.

A temática escolhida para a redação deste relatório fazia parte do programa da disciplina de Geografia para o 10º ano, portanto houve uma maior facilidade na sua redação, tendo em conta a conjugação dos conteúdos programáticos com a colaboração dos estudantes neste estudo.

Desta forma, foi feita a revisão da literatura tendo como objetivo sinalizar e identificar quais as temáticas a serem tratadas ao longo do relatório, e se as mesmas iriam coincidir nas aprendizagens essenciais do 10º ano. Assim, na revisão da bibliografia foram definidos três períodos temporais, em que foram destacados os principais tópicos a tratar em cada espaço temporal.

Assim sendo, a primeira análise parte desde finais do século XIX até meados do século XX, a segunda do princípio dos anos 60 até meados dos anos 90, e por fim de meados dos anos 90 até à atualidade, com destaque para os movimentos populacionais, o crescimento das áreas urbanas, a emigração, o seu impacto económico e quais os principais destinos de ida, e o problema do despovoamento, assim como soluções para o contrariar. Por fim, foi feita uma proposta de trabalho aos estudantes, que consistia num questionário de resposta individual, sobre os temas trabalhados em aula e que fazem parte deste relatório.

Este um tema ao qual deve ser dada cada vez mais importância, pois assistimos a movimentos populacionais que culminam com o abandono cada vez maior interior do país, sendo fundamental transmitir essa mensagem aos mais jovens.

Palavras-chave: População, Despovoamento, Movimentos Populacionais

Abstract

The aim of this research project was to analyse the evolution of the Portuguese population between the end of the 19th century and the present day, from the point of view of a 10th grade class.

The topic chosen for this report was part of the Geography syllabus for Year 10, so it was easier to write, given the combination of syllabus content and the collaboration of the students in this study.

A literature review was therefore carried out with the aim of signalling and identifying the themes to be dealt with throughout the report, and whether they would coincide with the essential learning of the 10th grade. In the literature review, three time periods were defined, in which the main topics to be dealt with in each time frame were highlighted.

As such, the first analysis goes from the end of the 19th century to the middle of the 20th century, the second from the early 1960s to the mid-1990s, and finally from the mid-1990s to the present day, focusing on population movements, the growth of urban areas, emigration, its economic impact and the main destinations, and the problem of depopulation, as well as solutions to counteract it. Finally, the students were given an assignment consisting of an individual questionnaire on the topics discussed in class and which form part of this report.

This is a topic that needs to be given increasing importance, as we are witnessing population movements that are culminating in the country becoming increasingly abandoned, and it is essential to convey this message to young people.

Key-words: Population, Depopulation, Population Movements

Índice de Figuras

FIGURA 1- PERGUNTAS PRESENTES NO TESTE DE AVALIAÇÃO	25
FIGURA 2-PERGUNTAS PRESENTES NO TESTE DE AVALIAÇÃO	26
FIGURA 3- VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE	51
FIGURA 4- CRESCIMENTO NATURAL	52
FIGURA 5- AS CONSEQUÊNCIAS DO DESPOVOAMENTO EM PORTUGAL, E POSSÍVEIS MEDIDAS QUE O PERMITAM REVERTER	57

Índice de Tabelas

TABELA 1	30
TABELA 2	31
TABELA 3	33
TABELA 4	34
TABELA 5	40
TABELA 6	42
TABELA 7	45
TABELA 8	48
TABELA 9- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA EMIGRADA NOS PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO, ENTRE 2000/01 E 2010/11	54
TABELA 10- EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PARA OS PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO, ENTRE 2001 E 2018	56
TABELA 11	60

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1.....	29
GRÁFICO 2.....	32
GRÁFICO 3- TAXA BRUTA DE NATALIDADE E TAXA BRUTA DE MORTALIDADE, EM PORTUGAL, ENTRE 1838 E 2018	37
GRÁFICO 4- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA EMIGRADA.....	41
GRÁFICO 5- ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE, EM PORTUGAL, ENTRE 1900 E 2018	46
GRÁFICO 6.....	47
GRÁFICO 7- EMIGRAÇÃO E TAXA DE DESEMPREGO, ENTRE 2001 E 2018	55
GRÁFICO 8- RESPOSTAS À PERGUNTA “RAZÕES QUE JUSTIFICAM A REDUZIDA TAXA DE NATALIDADE NOS FINAIS DO SÉCULO XX E DURANTE O SÉCULO XXI”	61
GRÁFICO 9-RESPOSTAS À PERGUNTA “MOTIVOS QUE LEVARAM A QUE DURANTE O SÉCULO XX TENHA HAVIDO O AUMENTO DA MIGRAÇÃO INTERNA PARA AS ÁREAS URBANAS”	62
GRÁFICO 10- EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO EM PORTUGAL, ENTRE 1900 E 2019	63
GRÁFICO 11- RESPOSTAS À PERGUNTA “QUAL A EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO EM PORTUGAL, ENTRE 1900 E 2019”	63
GRÁFICO 12- RESPOSTAS À PERGUNTA “QUAIS AS PRINCIPAIS CARATERÍSTICAS DO FLUXO MIGRATÓRIO ASSOCIADO À LETRA B”	64
GRÁFICO 13- RESPOSTAS À PERGUNTA “QUAL A EVOLUÇÃO DO Nº DE EMIGRANTES PERMANENTES ENTRE 2009 E 2013	65
GRÁFICO 14-NACIONALIDADES MAIS REPRESENTATIVAS DE ESTRANGEIROS A RESIDIR EM PORTUGAL	66
GRÁFICO 15- RESPOSTAS À PERGUNTA “NACIONALIDADES MAIS REPRESENTATIVAS DE ESTRANGEIROS A RESIDIR EM PORTUGAL.....	66

Introdução

O presente relatório tem como finalidade a obtenção do grau de Mestre em Ensino de Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no ano letivo de 2022/2023. Ao longo do relatório será abordada a evolução da população portuguesa, desde os finais do século XIX até à atualidade, tendo por base também a abordagem e a aplicação desta temática em sala de aula, no âmbito do estágio curricular, dado que são conteúdos que fazem parte do plano curricular do 10º ano de escolaridade.

Este foi o tema que escolhi para desenvolver o meu relatório pois é algo com que convivo diariamente. Moro numa pequena freguesia do distrito de Viseu, em que o número de habitantes é bastante reduzido, a população residente apresenta uma média de idades bastante elevada, enquanto a emigração sempre foi uma realidade presente, atingindo números bastante elevados, de pessoas que saem da sua região à procura de melhores condições de vida.

Para além disso, havia uma curiosidade da minha parte em saber como iriam reagir os alunos que residem num meio urbano à realidade que se vive nas pequenas aldeias e vilas do interior, como por exemplo a escassez de transportes públicos e de infraestruturas públicas, e as grandes distâncias a que as mesmas se encontravam dos locais de residência, o reduzido número de habitantes nestas localidades e o elevado envelhecimento destas regiões, assim como a diminuta natalidade e a escassez de empregos para a população ativa.

Tendo em conta todos estes problemas que se fazem sentir no interior rural do país, e sendo este um problema em crescendo em Portugal, estas regiões estão condenadas ao abandono, sendo necessário tomar as medidas necessárias para o reverter, com o poder local e principalmente o poder central a terem de assumir um papel fundamental na tentativa de revitalização destes locais.

No decorrer do ano letivo de 2022/2023 estagiei na Escola Secundária João Gonçalves Zarco, tendo sido atribuído ao professor cooperante 4 turmas do 7º ano e 1 turma do 10º ano de escolaridade, de Línguas e Humanidades. Este relatório foi desenvolvido

com base nas aulas lecionadas à turma do 10ºano, os exercícios colocados à turma, assim como a visita de estudo realizada pelos docentes de Geografia, às minas da Borralha, onde os alunos, provenientes de meio citadinos, puderam observar e ser confrontados com as diferenças no estilo de vida entre Salto, uma pequena freguesia do concelho de Montalegre, e Matosinhos, pertencente à Área Metropolitana do Porto.

Desta forma, o tema do relatório foi abordado em sala de aula e também através de uma saída de campo, no caso uma visita de estudo. Estas configuram duas estratégias essenciais no ensino da Geografia em contexto escolar, da forma mais tradicional em sala de aula, com o auxílio do manual escolar e também com o recurso às novas tecnologias, que permitem trazer “o mundo real para dentro de quatro paredes”, e também através das saídas de campo, para os locais que se pretende analisar e estudar como foi o exemplo da visita às minas da Borralha, com o contacto com a realidade da freguesia de Salto, uma pequena vila situada no concelho de Montalegre.

Objetivos

Sendo um relatório elaborado com base no estágio curricular, a sua elaboração foi bastante diferente do inicialmente pré-estabelecido, pois as atividades desenvolvidas com os alunos teriam um papel fundamental na sua conclusão.

Assim sendo, o principal objetivo foi transmitir aos alunos as alterações essenciais que se verificaram na população em Portugal. Aproveitando o facto de muitos dos temas que decidi abordar no relatório de estágio fazerem parte do programa da disciplina, o que pretendia transmitir à turma foi mais facilitado, integrando-se nas aprendizagens essenciais.

Foram assim definidos como objetivos principais a capacidade de os alunos melhorarem a sua capacidade de saberem interpretar textos, notícias, gráficos, tabelas e principalmente mapas, dado que se trata de Geografia. É essencial saber localizar os

distritos, saber localizar e dizer a que distrito pertence determinado concelho, e isso é ainda uma falha para alunos do 10ºano, que pode ser corrigida.

Percebi que a turma apresentava grandes lacunas na leitura e na interpretação das perguntas e dos desafios propostos, sendo estes fundamentais no tema da população.

Dei também bastante enfoque à visualização diária de notícias, tanto na televisão como na internet, por exemplo através das redes sociais. Uma das lacunas que reparei é que muitos desconhecem a realidade atual do país, apesar do tema da emigração e imigração, da diminuição da taxa de natalidade e também do aumento do despovoamento do interior serem temas muitas vezes abordados na comunicação social.

Dado que a Geografia é uma disciplina cujo trabalho de campo é essencial, foi na saída de campo às minas da borralha que os alunos foram confrontados com a realidade do interior rural do país. Este era precisamente um dos objetivos, levar os alunos ao terreno de modo a demonstrar-lhes a realidade de quem lá vive, como as grandes distâncias a que quem lá vive está dos serviços públicos, dos postos de emprego, entre outros.

Finalmente, foi sugerido aos estudantes o que poderia ser feito para alterar algumas das tendências verificadas no interior do país, sendo a turma proveniente de um grande meio urbano, como é Matosinhos. As respostas obtidas foram satisfatórias, e demonstram que os estudantes souberam identificar os principais problemas do interior de Portugal.

Metodologia

Procedi à escolha do tema de acordo com as matérias a lecionar neste ano letivo, favorecendo e tentando criar com os estudantes novas formas de aprendizagem em tempo letivo.

Inicialmente foram identificados alguns temas que deveriam integrar o relatório de estágio, tais como a evolução da população portuguesa desde finais do século XIX até à

atualidade, sendo para isso necessário recorrer a diversos artigos científicos dos mais variados autores, tais como João Ferrão, Teresa Sá Marques, Teresa Rodrigues Veiga ou António Barreto.

Para além disso, também consultei diversos documentos elaborados pelo governo português, focados no combate ao despovoamento do interior, e que foram bastante importantes, tendo em conta que são medidas que estão a ser tomadas ou irão ser tomadas no combate ao despovoamento do interior.

Surgiram várias dificuldades iniciais na realização de determinados exercícios. O programa da disciplina de Geografia no 10ºano é bastante extenso, e, portanto, esta foi a principal contrariedade encontrada. Por conseguinte, dado que se trata do 10ºano, os alunos não tiveram de realizar o exame nacional de Geografia que apenas se realiza no 11ºano, o que por sua vez foi benéfico no desenvolvimento das atividades para o relatório.

A visita de estudo às minas da Borralha foi também importante ao longo da elaboração do relatório. Foi o primeiro momento, fora do contexto de sala de aula, em que os alunos puderam ter contacto com a realidade através da mediação dos professores, assim como observar de que forma os conteúdos dados e analisados nas aulas diferiam ou não da realidade. Destaca-se assim a importância cada vez maior das saídas de campo na disciplina de Geografia.

Exceptuando as perguntas que desenvolvi para o teste de avaliação, tanto de desenvolvimento como de escolha múltipla, elaborei um questionário no google forms em forma de revisão dos conteúdos dados, sobre o tema do relatório de mestrado, cujo objetivo foi analisar de que forma a matéria tinha sido compreendida por parte dos alunos, e se ainda surgiam dúvidas sobre os temas em questão.

Caraterização da escola

A Escola Secundária João Gonçalves Zarco, fica situada na Avenida Villagarcia d'Arosa, na zona sul da cidade de Matosinhos, mais propriamente na freguesia de Matosinhos / Leça da Palmeira, sendo que é uma escola bem servida em termos de transportes públicos, com a paragem de autocarro localizada a menos de um minuto a pé da escola, e é servida pela linha do metro do Porto, cuja paragem "Parque da Real" se situa a cerca de 5 minutos da escola, em percurso pedonal.

A Escola Secundária João Gonçalves Zarco foi inaugurada em 1955, com o nome de Escola Industrial e Comercial de Matosinhos, mantendo esta designação até 1979 ano em que passou a ser designada por Escola Secundária Nº 1 de Matosinhos. Em 1995 passou a ser em definitivo a Escola Secundária João Gonçalves Zarco.

Em 2009 a escola foi requalificada, melhorando as suas condições, o que possibilitaram a melhoria do ensino, beneficiando alunos, professores e funcionários da instituição. Para além disso, a Escola Secundária João Gonçalves Zarco desenvolveu uma parceria com a NOS e a Ericsson, torando-se a primeira escola 5G do país.

A oferta formativa da Escola Secundária João Gonçalves Zarco é muito variada. A escola recebe alunos desde o 3º Ciclo do Ensino Básico, que engloba o 7º, 8º e 9º anos, até ao ensino secundário, onde existe a oferta de três cursos científico-humanísticos: Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas e Línguas e Humanidades.

Para além dos cursos do ensino dito "normal", a escola dispõe também de cursos profissionais, de oferta diversificada: Técnico auxiliar de saúde, Técnico de ação educativa, Técnico de desporto, Técnico de informática-sistemas, Técnico de restaurante/bar, Técnico de massagem de estética e bem-estar, Técnico de gestão e Técnico de cozinha/pastelaria.

Para além dos cursos profissionais, há também o Centro Qualifica que oferece o reconhecimento, validação e certificação de competências. No horário pós-laboral, a Escola Secundária João Gonçalves Zarco apresenta quatro tipos de regimes: a Educação e Formação de Adultos (EFA), o Novo Ensino Recorrente (NER), o português

como Língua de Acolhimento (PLA) e a Formação Modular 10 (FM), sendo que a escola também dá formação nos estabelecimentos Prisionais de Custódias e de Sta. Cruz do Bispo.

Caraterização das turmas

O nosso núcleo de estágio, teve a oportunidade de trabalhar com 4 turmas do 7º ano, e com uma turma do 10ºano. De referir também que o Orientador Cooperante tem a seu cargo a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, no 7º ano, para além da disciplina de Geografia no 7º e 10º ano.

10º9

A turma do 10º9 é composta por 28 alunos, sendo 15 raparigas e 13 rapazes. Destes 28 alunos, 5 estão a repetir o 10º ano. A nacionalidade da maioria dos alunos é portuguesa, sendo que a turma tem uma aluna brasileira e um aluno angolano.

Em relação à Ação Social Escolar (ASE), apenas 3 alunos beneficiam do escalão A, e outros 3 alunos beneficiam do escalão B.

Já quanto às NEE (Necessidades educativas especiais), nenhum aluno da turma se enquadra neste programa.

7º2

A turma 7º 2 é constituída por 26 alunos, sendo que esta turma está dividida equitativamente pelo género feminino 13 e também 13 no género masculino. Em termos de idades a 15 de setembro, estavam compreendidas entre os 11 anos e os 13, existindo 2 alunos com 11 anos, 21 com 12 e 3 com 13 anos. Na caraterização da nacionalidade nesta turma, é patente a predominância da nacionalidade portuguesa, existindo 3 alunos de nacionalidade brasileira. Em relação aos que beneficiam da Ação Social Escolar (ASE), são uma pequena percentagem, ficando distribuído da seguinte forma: com o escalão A 2 alunos; com o escalão B 2 alunos; com o escalão C 1 aluno; sem escalão 20 alunos, faltando um aluno que não está inserido em nenhum dos

anteriores. Nesta turma não existe nenhum aluno no ensino articulado, bem como não existe nenhum aluno com Necessidades Educativas Especiais (NEE)

7º4

A turma 7º4 é constituída por 28 alunos, bastante diferenciada da anterior desde logo com um número maior de alunos, nesta turma existe um predomínio de rapazes (20) contra 8 raparigas. As diferenças não se ficam por aqui, pois existe um aluno que ficou retido neste ano de escolaridade. No que concerne à nacionalidade, existe apenas um de nacionalidade brasileira e os restantes são de nacionalidade portuguesa. As idades dos alunos desta turma estão compreendidas entre os 11 e os 13 anos, existindo 6 alunos com 11 anos, 20 com 12 e 2 com 13. Relativamente aos beneficiários da Ação Social Escolar, existe 1 aluno com o escalão A; não existindo nenhum aluno com o escalão B; estando atribuído o escalão C a 3 alunos; sem escalão existem 21 alunos e por fim existem 3 alunos que não estão contemplados em nenhum dos critérios anteriores. Nenhum aluno desta turma frequenta o ensino articulado, de salientar que existe um aluno que tem Necessidades Educativas Especiais.

Aprendizagens essenciais

A temática da evolução da população portuguesa encontra-se presente nas aprendizagens essenciais para o 10ºano. Segundo este documento, elaborado pelo Ministério da Educação Português, dentro do tema da população, e que está diretamente relacionado com o assunto escolhido para a elaboração deste relatório, os alunos devem ser capazes de reconhecer a importância da localização, sabendo apresentar através do auxílio de mapas as diferenças no território português.

Assim, para além da interpretação de mapas de diferentes escalas, os alunos deverão ser capazes de escolher as diferentes fontes de informação à sua disposição, como as novas tecnologias, por exemplo o google earth, google maps ou street maps, que facilita a aprendizagem aos alunos dentro da sala de aula, assim como a missão do

professor de ter as ferramentas adequadas para um melhor ensino dos conteúdos em causa.

É assim responsabilidade do professor captar a atenção dos alunos para os conteúdos programáticos a serem lecionados. Deste modo, e segundo o documento das aprendizagens essenciais para a disciplina de Geografia para o 10º ano, deve-se promover estratégias que envolvam:

- formular hipóteses face a um fenómeno ou evento;
- conceber situações onde determinado conhecimento possa ser aplicado, nomeadamente através da exploração do conhecimento do território local, para aplicação de estudos de caso;
- propor abordagens diferentes, se possível inovadoras para situações concretas;
- criar um objeto, mapa, esquema conceptual, texto ou solução, face a um desafio, desenvolvendo um estudo de caso, à escala local/regional;
- analisar textos, suportes gráficos e cartográficos (analógicos e/ou digitais) com diferentes perspetivas de um mesmo problema, concebendo e sustentando um ponto de vista próprio;
- usar modalidades diversas para expressar as aprendizagens (por exemplo, imagens, mapas, infografias);
- analisar textos com diferentes pontos de vista;
- incentivar a procura e aprofundamento de informação;
- recolher dados e opiniões para análise de temáticas em estudo;
- aceitar ou argumentar pontos de vista diferentes.

Tendo em conta todas estas estratégias pré-definidas para a disciplina de Geografia no 10º ano, nas aulas que lecionei tentei fazer com que estas estratégias fossem aplicadas tendo em conta o programa da disciplina e também todos os objetivos das aprendizagens essenciais. Deste modo, as aulas sobre a temática da população foram lecionadas através das novas tecnologias, através da resolução de exercícios e ao incentivo aos alunos na procura de encontrar soluções, e também através da resolução dos testes e das questões aula colocadas. A visita de estudo foi também importante, pois marcou o contacto dos alunos com alguns dos temas que tinham sido dados na sala de aula, como as infraestruturas em mau estado e em muito caso inexistentes, a escassez de empregos e o elevado envelhecimento da população.

Manual Escolar

O manual escolar de Geografia utilizado durante o ano letivo 2022/2023 foi o “Geo.pt”, cujos autores foram Cláudia Lobato, Ricardo Pinho e Simone Oliveira, com a avaliação científica do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT).

O primeiro tema presente no manual escolar é precisamente um tema que coincide com o tema do relatório, relacionado com a população. Deste modo, o primeiro tema do manual é “A população, utilizadora de recursos e organizadora de espaços”. Dentro deste primeiro tema, os autores fazem uma divisão em subtemas, “A população: evolução e diferenças regionais” e “A distribuição da população”.

Estes são dois subtemas que são bastante importantes pois embatem de forma direta naquelas que são as grandes diferenças sentidas em Portugal ao longo do século XX e também na atualidade, em pleno século XXI.

No primeiro subtema destaca-se a importância dos recenseamentos, e de que forma os governantes de determinado país podem governar e fazer as leis de acordo com os resultados obtidos, demonstrando assim o quanto é fundamental fazer a análise correta dos dados do presente, para que no futuro as decisões tomadas sejam as mais acertadas.

Também é focado desde meados do século XX o problema da baixa natalidade em Portugal, da baixa taxa de fecundidade, assim como do aumento da esperança média de vida. Outro dos temas que é abordado é a emigração, desde 1900 até à atualidade, quais as razões que levavam tantos portugueses a emigrar, e quais os países que mais recebiam emigrantes portugueses, e qual a importância aos dias de hoje da vinda de imigrantes para o território nacional.

É também abordado a estrutura etária portuguesa e de que forma tem ocorrido a sua evolução, a diminuição da população ativa em Portugal e de que forma pode afetar o desenvolvimento do país.

O segundo subtema começa por se focar na distribuição da população, os problemas na sua distribuição e os fatores que condicionam a distribuição da população, que

levam a uma elevada concentração no litoral e a um aumento constante do despovoamento no interior. Por fim são dados exemplos de medidas a ser tomadas e programas em vigor de modo a reverter a desigual distribuição da população portuguesa.

Todos estas temáticas apresentadas no manual de Geografia do 10ºano são de extrema importância pois retratam e apresentam uma visão do passado do país e de como se pode agir no futuro de modo a reverter os atuais problemas de Portugal.

1. Apontamentos para um relatório

1.1. Escolha da temática e da pergunta de partida

Foi sem dúvida um ano letivo bastante exigente, tendo de conjugar a redação do relatório de mestrado com a lecionação do número de aulas obrigatórias, pré-definidas no mestrado. Ao longo do ano letivo, e à medida que as aulas eram dadas, senti que o tema da população era bastante complicado para a maioria dos alunos, e que para além disso apresentavam grande desinteresse neste tipo de conteúdos.

Um dos temas que reparei que os alunos apresentavam mais dificuldades foi na questão do inverno demográfico. A maior parte não associou o nome como se tratando de um problema da baixa natalidade, e que afeta grande parte dos países europeus. Para além disso havia muitas dificuldades em justificar o porquê de as mulheres terem filhos numa idade mais tardia, o que contrasta com o século passado.

Desta forma, foi demonstrado à turma que a taxa de natalidade tem vindo a diminuir principalmente devido à falta de condições socioeconómicas de grande parte da população portuguesa, resultando na diminuição do número de filhos por família, e no retardar da gravidez para uma idade mais avançada.

Através de vídeos e de excertos de notícias da atualidade, foi transmitido a necessidade de proporcionar melhores condições às famílias portuguesas, de modo a poder contrariar a descida bastante acentuada da taxa de natalidade. Para isso devem ser implantadas uma série de medidas, tais como um maior apoio nas creches para as crianças, beneficiar economicamente as famílias numerosas com a atribuição de subsídios e permitir o acesso à habitação e saúde a custos mais acessíveis.

Também através de documentários, notícias e do manual escolar foi tratado o envelhecimento demográfico. Este é um tema bastante preocupante pois afeta Portugal de uma forma bastante sensível. Se por um lado é positivo a esperança média de vida aumentar devido às melhores condições de vida e aos melhores serviços à disposição das pessoas, é preocupante que a taxa de mortalidade supere a taxa de natalidade, pois isso significa um retrocesso populacional no país.

Assim, algumas das medidas indicadas para combater o envelhecimento demográfico foram atração de mão de obra jovem, através do regresso dos emigrantes, ou com a vinda de imigrantes, promover os aumentos salariais e a promoção da empregabilidade e da qualidade do emprego dos jovens.

Os diferentes aspetos referidos vão estar relacionados com o segundo subtema que é a distribuição da população. Este foi um tema dado de acordo principalmente com a cartografia disponível no manual e também nas plataformas digitais, pois a sua compreensão desse modo seria mais facilitada para a turma. Desta forma foram abordados os conceitos de bipolarização, o despovoamento, a litoralização e o êxodo rural.

De uma forma geral, o conceito que os alunos já conheciam melhor era a litoralização, embora referissem que era a concentração de pessoas no litoral, e se esquecessem de mencionar também a concentração de atividades económicas.

Deste modo, a pergunta de mote à elaboração deste relatório de estágio é: qual a evolução da população portuguesa desde finais do século XIX até à atualidade?

1.2. Perguntas de desenvolvimento nos testes de avaliação

Foi de acordo com os conteúdos programáticos de Geografia do 10ºano que orientei aquele que seria o meu tema do relatório do estágio, tentando focar as principais problemáticas, tanto presentes no plano curricular, como os essenciais à redação do relatório. Assim sendo, formulei algumas questões para a composição dos testes de avaliação, de modo a poder avaliar os conhecimentos da turma.

Estas são algumas das perguntas de desenvolvimento que formulei para os diferentes testes de avaliação realizados. Relativamente à pergunta relacionada com a figura 1 foi aquela onde as respostas obtidas foram menos complexas e onde os alunos não abordaram todos os pontos que deveriam focar com este tipo de pergunta, que é de desenvolvimento.

Uma das maiores insistências durante as aulas foi incentivar a turma a ler atentamente os documentos e gráficos apresentados e sublinhar o que consideram mais importante, pois muitas vezes as respostas estão explícitas nos documentos de apoio. Ainda assim, foi evidente a incapacidade, no geral, de darem uma resposta completa à pergunta formulada.

Figura 1- Perguntas presentes no teste de avaliação

6. Leia os textos seguintes e observe o gráfico da figura 5:

“Portugal foi considerado no último século como um país de emigração, visto que mais pessoas emigravam de Portugal do que aquelas que imigravam para o nosso país. No entanto, como é possível perceber no gráfico abaixo, o saldo migratório inverteu-se de 2016 para 2017 ao tornar-se positivo pela primeira vez nos últimos seis anos.”

Fonte: <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/imigracao-e-emigracao-em-portugal>

“A crítica à vaga de imigrantes que Portugal tem conhecido nos últimos anos [...] não faz sentido económico, demográfico e territorial. Do ponto de vista económico, vários setores da nossa economia, como o turismo, a restauração ou a construção civil, não encontram [outra] mão de obra. Quanto à demografia, há mais de uma década que temos um saldo natural populacional negativo [...] e um declínio acentuado da população ativa. Temos hoje, mesmo com o aumento da imigração, quase menos 400 mil pessoas em idade ativa do que tínhamos em 2008. A última vaga de imigrantes é diferente das anteriores, menos concentrada nas grandes cidades, e mais espalhada pelo território. Basta andar um pouco pelo país e ver [...] que a presença de imigrantes ou refugiados foi o acontecimento mais importante das últimas décadas para tentar reverter o acentuado despovoamento do interior.”

Fonte: <https://expresso.pt/opiniaop/2023-01-05-Salvam-nos-os-imigrantes-a33d2521>



Fonte: Indicadores de Integração de Migrantes: Relatório Estatístico Anual 2021, p.29 – Alto Comissariado para as Migrações com dados do INE.

Figura 5 - Imigração, emigração e saldo migratório em Portugal (2004-2020)

6.1. Tendo em conta a informação da figura 5 e os textos apresentados, bem como o conhecimento que detém sobre a distribuição da população portuguesa, o seu envelhecimento, estrutura da população ativa e outros, justifique a importância da vinda de imigrantes para Portugal tendo em conta:

- a importância dos imigrantes para os concelhos do interior do país;
- o papel dos imigrantes na sustentabilidade da Segurança Social, em Portugal.

Fonte: Elaboração própria

Figura 2-Perguntas presentes no teste de avaliação

- 5) Tendo em conta a figura 3, refira e explique dois (2) problemas da atual distribuição da população portuguesa
- 6) Indique (justificando) um (1) fator humano e um (1) fator natural responsáveis pela forte atração pelo litoral por parte da população
- Fator humano:
- Fator natural:
- 7) Apresente a definição dos seguintes conceitos:
- Litoralização:
- Êxodo Rural:

Fonte: Elaboração própria

Na figura 2 as perguntas são de desenvolvimento, mas de resposta mais curta quando comparando com a anterior. A definição dos conceitos não levantou grandes problemas, sendo que são dois conceitos relativamente fáceis. Em relação às outras duas perguntas, o principal problema é a justificação. Apesar de conseguirem referir os problemas da atual distribuição da população portuguesa e os fatores humanos e naturais que justificam a atração por parte da população para o litoral, não conseguem desenvolver a resposta.

2. Enquadramento teórico

2.1. Introdução ao tema

Foi nos países que mais rapidamente alcançaram valores baixos nas taxas de fecundidade e de mortalidade que a transição demográfica se deu de forma mais rápida (Cravidão e Matos, 1990). Um dos países inseridos nesta realidade é Portugal. Com o evoluir dos anos, a realidade portuguesa foi muito semelhante à maioria dos países do continente europeu, com as taxas de fecundidade a atingirem valores muito

baixos, enquanto a população era cada vez mais envelhecida, levando a que os valores da taxa de mortalidade fossem reduzidos. Assim, tem ocorrido em Portugal, a partir dos anos 60 até à atualidade, um aumento da importância que a população idosa desempenha em variados aspetos, tais como a diminuição da população escolar, o aumento dos custos sociais, o aumento do consumo, o aumento das taxas de dependência e também a importância que a população mais idosa poderá assumir nos resultados eleitorais políticos.

“Em 1864, os portugueses eram cerca de 4 milhões e, em 2011, passaram para mais de 10 milhões, exibindo um ritmo de crescimento que não foi uniforme ao longo do tempo e do espaço” (Sá Marques et al., 2021, pg.290).

Portugal registou desde os anos 50 do século XX “...uma dinâmica sociodemográfica geradora de profundas mudanças, que levaram o país a passar de um território considerado como uma das reservas demográficas europeias, para uma realidade sociodemográfica com problemáticas muito semelhantes às dos países desenvolvidos” (Sá Marques et al., 2021, pg.287).

Tendo em conta todos estes aspetos, pode-se afirmar que a estrutura da população portuguesa registou, a partir dos anos 60, grandes alterações, com o aumento da mobilidade interna, com o aumento da emigração, houve uma diminuição da taxa de fecundidade e da taxa de mortalidade, nomeadamente infantil, e o aumento da esperança média de vida, originando o gradual envelhecimento demográfico (Cravidão e Matos, 1990).

Este processo de transformação demográfica em território português é fracionado, segundo Sá Marques et al. (2021), em três fases. Uma primeira fase chamada de pré-moderna, a segunda fase chamada de moderna, e por fim a terceira fase intitulada pós-moderna.

A fase pré-moderna é compreendida entre o final do século XIX e o final dos anos 50. Nela “...prevalecem taxas de natalidade e mortalidade muito elevadas, verificando-se, em termos geográficos, uma oposição norte-sul que caracteriza um país tradicional e

rural, com o crescimento da população a depender da queda da mortalidade e do impacto da emigração” (Sá Marques et al., 2021, pg.289).

A segunda fase, chamada de moderna, é compreendida entre o começo dos anos 60 até ao princípio dos anos 90. Nesta fase destaca-se o “...período de modernização do país em termos económicos e sociais, registando-se uma taxa de fecundidade ainda elevada, embora em queda, e contrastes espaciais a evidenciar uma oposição litoral-interior” (Sá Marques et al., 2021, pg.289).

Por fim, a terceira e última fase é denominada de pós-moderna, e esta corresponde ao período de entre meados dos anos 90, até ao início do século XXI. É caracterizada pelas “... taxas de crescimento estáveis e muito baixas, em que o crescimento passa a depender dos fluxos migratórios, havendo um distanciamento nítido entre as regiões urbanas e os espaços não integrados nas dinâmicas urbanas, em perda de população e densidade. Uma população a envelhecer, com menos crianças e jovens, mas com mais idosos, num ciclo de vida progressivamente alongado. Tal como noutros países europeus, a fecundidade baixou de tal forma que o índice sintético de fecundidade atingiu um valor muito abaixo do necessário para a renovação das gerações” (Sá Marques et al., 2021, pg.290).

2.2. Finais do século XIX até meados do século XX

2.2.1. Movimento populacional

Na primeira transição demográfica, que ocorreu desde os finais do século XIX até meados do século XX, verificou-se um grande crescimento da população portuguesa até aos anos 60, excetuando os anos 1911 e 1920, onde a subida da população residente se deu de forma bastante reduzida.

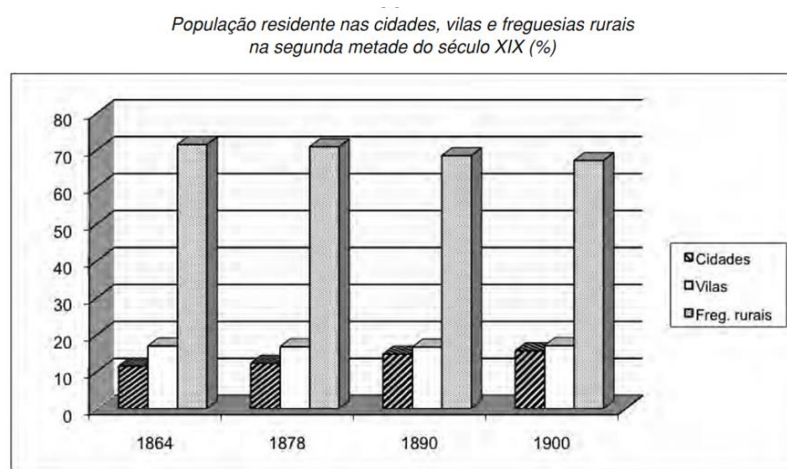
“Durante o século XX o crescimento demográfico português foi influenciado pela imigração e pelas migrações internas para áreas mais industrializadas, na sua quase totalidade urbanas” (Moreira et al., 2009, p.85). Muitas pessoas que optaram pelo processo de migração interna e pela emigração provinham do interior norte e centro do país. Por contraponto a este processo, e em relação à migração interna, estas pessoas que se deslocavam principalmente das regiões do interior norte e do centro

de Portugal fixavam residência na capital Lisboa e no Porto, assim como nos concelhos fronteiriços destas duas cidades, provocando assim um aumento dos fenómenos de migração (Moreira et. al, 2009).

Foi já no final do século XIX, e que se prolongou pelo século XX, que começou a haver as maiores alterações na visão económica do país. Esta alteração deve-se, principalmente, às migrações internas que ocorreram em Portugal, que originaram o crescimento das áreas urbanas, e também da industrialização (Veiga, 2004).

Todos estes fenómenos estão conectados, pois o aumento da industrialização conduziu ao aumento da necessidade em ter mão de obra disponível para trabalhar na indústria, e dado que grande parte das empresas se instalavam nas grandes áreas urbanas, as pessoas que migravam para aí tinham de se estabelecer nas cidades e áreas urbanas envolventes. Como se pode verificar pela análise do gráfico seguinte, que compara os dados recolhidos entre o Iº e o IVº Recenseamento Geral da População Portuguesa, entre os anos de 1864 e 1900 verifica-se uma descida da população a residir nas áreas rurais, na ordem dos 5%. Por outro lado, a população a residir nas cidades e nas vilas foi aumentando gradualmente, com principal destaque para o crescimento do número de pessoas a residir nas cidades, o que justifica a importância cada vez maior que as cidades passaram a ter em Portugal.

Gráfico 1



FONTE: Iº a IVº Recenseamento Geral da População Portuguesa

In Moreira et. al (2009)

A partir do seguinte quadro, uma análise quantitativa, pode-se chegar à conclusão de que entre 1864 e 1900, em termos percentuais, houve uma diminuição da população a habitar nas freguesias rurais, enquanto na população a residir nas vilas existiu uma pequena oscilação ao longo deste período. A exceção foi a população que passou a residir nas cidades, que sofreu um grande aumento.

Tabela 1

População residente nas cidades, vilas e freguesias rurais na segunda metade do século XIX

Aglomerações	1864	1878	1890	1900
Cidades	481081	559744	748218	853037
Vilas	713648	764356	842516	927274
Freg. rurais	2993682	3226604	3458996	3642821
Total	4188411	4550704	5049730	5423132
(%)				
Cidades	11.5	12.3	14.8	15.7
Vilas	17.0	16.8	16.7	17.1
Freg. rurais	71.5	70.9	68.5	67.2

Fonte: Miriam Halpern Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico...*, Anexos, Q4, p. 363.

In Veiga (2004)

2.2.2. O crescimento das áreas urbanas

Veiga (2004, p.53) afirma que “...a partir de meados da centúria, o aumento da população portuguesa privilegiou claramente as áreas urbanas”. A maior parte dos distritos apresentou aumento de população a residir nas áreas urbanas, com maior destaque para a cidade do Porto que apresentou valores de 85.6% de pessoas a residir em centros urbanos, enquanto em Lisboa esses valores atingiram os 94.8%.

À data de 1900, havia em Portugal poucos centros urbanos de dimensão média, sendo que apenas um décimo da população vivia em zonas urbanas, apesar do avanço verificado a partir da segunda metade do século XIX (Moreira et. al, 2009).

Os distritos de Évora e Faro, ao contrário dos outros distritos que apresentaram um aumento de população a residir em áreas urbanas, tiveram uma ligeira diminuição de população a residir nas cidades, algo que pode ser interpretado como sendo dois distritos “...que tinham uma longa tradição a esse nível, e talvez por esse facto

difícilmente poderiam subir de modo significativo” (Veiga, 2004, p.53). Os outros três distritos onde também não se verificou um crescimento populacional nas áreas urbanas foi em Castelo Branco, Viana do Castelo e Viseu (Veiga, 2004).

Os distritos do Porto e de Lisboa assumem um grande destaque, quando comparado com os restantes distritos, pois eram “...polos de atração crescente, sendo em grande parte responsáveis pelo fenómeno de êxodo rural de zonas distantes...” (Veiga, 2004, p.62).

De uma forma global, e envolvendo todos os distritos de Portugal Continental, as diferenças na percentagem da população a residir em áreas urbanas são evidentes. Entre o Iº e o IVº Recenseamento Geral da População Portuguesa, esses números passam de 28.2% em 1864, para 54.9% em 1900.

Assim, pode-se verificar que existe uma conexão entre o crescimento populacional e o crescimento urbano, pois foi nos distritos que mais aumentou a população, onde houve um maior crescimento urbano (Veiga, 2004).

Tabela 2

Percentagem da população urbana em relação ao total nos distritos do Continente (1864-1900)

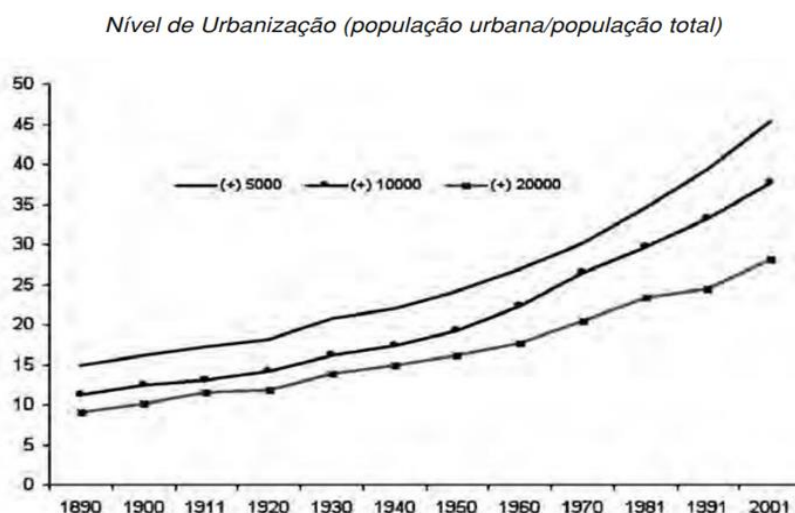
Distritos	1864	1878	1890	1900
Aveiro	20.7	21.9	23.5	46.6
Beja	38.1	37.3	37.8	26.1
Braga	14.2	15.1	15.5	29.8
Bragança	12.5	13.2	13.1	28.7
Castelo Branco	26.0	27.4	25.5	36.2
Coimbra	25.0	26.0	26.8	31.4
Évora	45.0	44.3	43.2	43.0
Faro	46.2	46.4	45.9	44.1
Guarda	14.0	14.7	15.0	39.1
Leiria	19.0	19.0	20.3	47.6
Lisboa	57.5	67.6	68.8	94.8
Portalegre	47.9	51.7	52.3	40.3
Porto	33.6	36.2	40.3	85.6
Santarém	30.3	30.5	32.1	48.2
Viana do Castelo	12.9	13.2	12.7	9.3
Vila Real	14.0	14.8	15.6	28.3
Viseu	16.1	16.5	16.2	15.1
CONTINENTE	28.2	31.0	32.5	54.9

Fonte: IV Recenseamento Geral da População Portuguesa, vol. I, pp. 112-113.

In Veiga (2004)

No gráfico seguinte consegue-se perceber o crescimento do número de centros urbanos presentes em Portugal, assim como a percentagem de população urbana em relação à população total nos centros com mais de 5, 10 e 20 mil habitantes. Em suma, o gráfico retrata o nível de urbanização em Portugal, entre o IIIº a XIVº Recenseamento Geral da População Portuguesa.

Gráfico 2



FONTE: IIIº a XIVº Recenseamento Geral da População Portuguesa

In Moreira et. Al (2009)

Desde finais do século XIX, até meados do século XX, é evidente o crescimento do nível de urbanização em Portugal. Apesar disso, “...em meados do século, os centros com mais de dez mil habitantes ainda não chegavam a albergar um quinto da população portuguesa, o que o que revela a proporção diminuta a viver em pequenas cidades” (Moreira et. al, 2009, p.94).

No ano de 1911, apenas 6% da população portuguesa vivia em núcleos urbanos ou semiurbanos, sendo que 29 anos depois, em 1940, esses 6% passaram para 7%, culminando assim numa subida de apenas um ponto percentual, num espaço temporal considerável (Moreira et al., 2009).

É assim evidente a incompetência de se conseguir estabelecer uma rede urbana de dimensões significativas e consolidada, independentemente do crescimento

populacional, ou do grande aumento da emigração do povo português, que aconteceu de forma mais acentuada entre 1940 e 1970 (Moreira et al., 2009).

A seguinte tabela apresenta os valores do número de centros urbanos segundo o número de residentes. Desde meados do século XX, até ao início do século XXI, é evidente a evolução sofrida no aumento no número de centros urbanos.

Tabela 3

Número de Centro Urbanos segundo o número de residentes

<i>Milhares</i>	<i>1890</i>	<i>1900</i>	<i>1911</i>	<i>1920</i>	<i>1930</i>	<i>1940</i>	<i>1950</i>	<i>1960</i>	<i>1970</i>	<i>1981</i>	<i>1991</i>	<i>2001</i>
5-10000	27	27	33	31	42	45	53	50	38	65	81	50
10-20000	8	9	6	10	11	15	20	30	39	43	61	41
(+) 20000	3	3	5	3	6	8	12	16	22	35	39	50

FONTE: III^o a XIV^o Recenseamento Geral da População Portuguesa; Atlas das Cidades de Portugal, II, INE, 2004

In Moreira et. al (2009)

O número de centros urbanos com 5 a 10 mil habitantes sofre diversas variações ao longo dos anos. Isto está relacionado com “os períodos de menor crescimento ou de perda populacional, correspondentes às épocas de grandes fluxos emigratórios, provocam a diminuição do número de pequenos centros” (Moreira et al., 2009, p.95). Isto aconteceu sobretudo entre os períodos temporais de 1911 e 1920 e entre 1950 e 1970, e com particular destaque nos anos 60 (Moreira et al., 2009).

Nas cidades compostas por 10 a 20 mil habitantes, o seu crescimento é constante ao longo do século XX, independentemente das circunstâncias vividas ao longo desses anos, como por exemplo a emigração, um fenómeno muito marcante na população portuguesa durante o século XX. Assim, mesmo “...nos períodos de menor crescimento populacional ou mesmo de recuo que o número destas pequenas cidades aumenta mais, como acontece na segunda metade do século, entre 50 e 70 e depois entre 81 e 91. É como se estas pequenas cidades constituíssem um baluarte de refúgio à adversidade das condições políticas e socioeconómicas que caracteriza esses momentos da história recente portuguesa” (Moreira et al., 2009, p.95 e 96).

Por fim, e como se pode observar no quadro apresentado em seguida, acima das 20 mil pessoas apenas as regiões administrativas de Lisboa, Porto e Braga possuíam até

ao ano de 1900, e que correspondia a 9.1% do total da população portuguesa. Porém, em meados do século XX, passaram a ser 12 as regiões administrativas acima dos 20 mil habitantes, o que correspondia a 16,2% da população total. Evidencia-se deste modo um aumento cada vez maior da importância das cidades “maiores” em Portugal, até aos dias de hoje (Moreira et al., 2009).

Tabela 4

População a viver em centros com + 20 mil habitantes face à população total do distrito (%)

<i>Distritos</i>	<i>1890</i>	<i>1900</i>	<i>1911</i>	<i>1920</i>	<i>1930</i>	<i>1940</i>	<i>1950</i>	<i>1960</i>	<i>1970</i>	<i>1981</i>	<i>1991</i>	<i>2001</i>
<i>Aveiro</i>									3,8	4,6	5	13,7
<i>Beja</i>												13,4
<i>Braga</i>	6,1	6,1	5,8		6	5,9	5,9	10,8	12,2	12	17,9	25,3
<i>Bragança</i>												13,6
<i>C. Branco</i>							6,3	7,3	10,6	18,3	22,3	31,4
<i>Coimbra</i>					6,6	6,6	9,6	10,7	14,1	17,1	27	29,2
<i>Évora</i>						10,5	11,6	11	13,4	19,3	21,9	23,7
<i>Faro</i>									7,7	14,9	16,5	25,1
<i>Guarda</i>												14,5
<i>Leiria</i>											16,6	14,8
<i>Lisboa</i>	60,7	62,2	63,5	65,2	65,6	66,3	64,1	62,2	57,6	55,4	50,7	51
<i>Portalegre</i>												
<i>Porto</i>	25,4	28,1	28,6	28,9	28,7	28	33,1	32,4	28,9	31,2	29,9	41,9
<i>Santarém</i>											5,3	6,3
<i>Setúbal</i>			15,3		16,2	13,8	20,4	28	40,5	40,2	34,8	41,5
<i>V. Castelo</i>												14,4
<i>Vila Real</i>												10,9
<i>Viseu</i>										4,7	5,1	12
<i>Açores</i>						7,3	7	6,8	7,4	8,7		19,1
<i>Madeira</i>			11,9		14,8	15,8	13,7	16,1	16	17,4	39,2	41,8
<i>Continente</i>	9,9	10,9	12,2	12,3	14,4	15,1	16,6	18,2	21	23,9	24,7	31,2
<i>Ilhas</i>			4,9		6,7	11,3	10,1	11	11,4	13,2	20,2	30,1
<i>Portugal</i>	9,123	10,06	11,69	11,42	13,86	14,85	16,19	17,73	20,37	23,36	24,5	31,9

FONTE: III^o a XIV^o Recenseamento Geral da População; Atlas das Cidades de Portugal, II, INE, 2004

In Moreira et al (2009)

Assim, de acordo com Veiga (2004), podem-se considerar três fatores como sendo os principais responsáveis pela distribuição populacional em Portugal:

– “...efeito da pressão demográfica em zonas rurais, que se encontravam secularmente estruturadas de acordo com um regime de transmissão de propriedade e costumes que travavam as possibilidades de sobrevivência dos filhos segundos das famílias camponesas;

- ...os efeitos a nível local da implantação de determinadas indústrias, que atuaram como catalisadoras demográficas na segunda metade de oitocentos;
- ...a procura de melhores condições de vida noutras localidades que não a de origem, inclusive fora de Portugal. Esta última forma de deslocação foi facilitada por uma conjuntura internacional favorável a deslocações maciças de europeus de zonas menos desenvolvidas em termos económicos para espaços abertos, em fase de povoamento e com enormes riquezas naturais e potencialidades. Foi o caso do continente americano, acentuado no caso específico do Brasil pela existência de uma história e de uma língua comuns” (Veiga, 2004, p.49).

Ao longo do século XIX, verifica-se que “a percentagem da população urbana face à total era relativamente baixa e sobretudo muito concentrada. Em apenas duas cidades viviam 54 por cento dos efetivos urbanos nacionais, 7.1 por cento de toda a população portuguesa. Ao terminar o século, esses valores estabeleciam-se em torno dos 65.3 por cento no primeiro caso e em 10.5 por cento no segundo...” (Veiga, 2004, p.50).

Ainda assim, e apesar do aumento destas duas variáveis, em comparação com os outros países europeus Portugal estava ainda muito aquém, pois apesar do crescimento nas áreas urbanas, “...Portugal era na viragem do século XIX para o XX mais um país de vilas e aldeias do que de verdadeiras cidades” (Veiga, 2004, p.50).

O crescimento demográfico dos centros urbanos que se verificou na segunda metade do século XIX e que continuou ao longo do século XX teve também algumas consequências negativas, principalmente nos anos em questão, onde as condições de vida das pessoas e a oferta de serviços ainda eram muito deficitárias, quando comparado aos dias de hoje.

2.2.3. A evolução demográfica

“A partir de finais do século XIX Portugal parece ter entrado na primeira fase de uma lenta transição demográfica” (Veiga, 2004, pg.97). No início do século XIX as epidemias eram uma grande preocupação para os governantes em Portugal, sendo por isso urgente a tomada de medidas, de modo a poder resolver esse flagelo que afetava Portugal. Assim, e de acordo com Veiga (2004), algumas das medidas adotadas foram

de prevenção e profiláticas, que apesar de serem uma novidade à época, a sua tomada foi fundamental para atrasar o avanço da doença sobre a população, reduzindo assim o número de vítimas mortais em Portugal, ao contrário do que se passou em Espanha, em que a insuficiência das medidas tomadas resultou numa perda maior de vidas humanas, em resultado dos surtos de febre e paludismo.

Progredindo um pouco no tempo, foi já nos finais do século XIX que os mais recentes avanços na medicina chegaram a Portugal, assim como as campanhas higienistas, provocando assim uma redução da mortalidade, que consequentemente originou um resultado positivo na curva demográfica portuguesa, embora no final do século XIX esses resultados ainda não tenham sido muito notados. Com o avançar dos anos, e com a constante evolução da medicina (através das campanhas de vacinação) e das condições de higiene da população, os resultados destas medidas foram sentidos, com maior impacto, nos séculos seguintes (Veiga, 2004).

Moreira et al. (2009) afirma que foi na segunda metade do século XIX que se começou a verificar um aumento de população nos meios urbanos, fazendo assim com que nas cidades, que eram os locais de maior concentração de pessoas, houvesse a ideia que existia uma maior mortalidade, que era algo que não era verdadeiro (Veiga, 2004).

As cidades, como eram locais de maior concentração de população, também dispunham de uma maior oferta de serviços, como por exemplo a “...existência de edifícios hospitalares, de asilos, albergues e outras instituições de acolhimento e caridade atraíam os mais pobres e os mais debilitados, não raro moradores fora dos centros urbanos, mas que neles acabavam os seus dias” (Veiga, 2004, pg.98).

De um outro ponto de vista, os rumores de que morriam mais pessoas nas cidades era porque lá “...residiam as figuras mais conhecidas da sociedade portuguesa e não podemos esquecer que a notoriedade dos atingidos determinava também a importância com que era encarada a sua morte, sobretudo quando ela se enquadrava numa conjuntura de crise de mortalidade geral” (Veiga, 2004, pg.98).

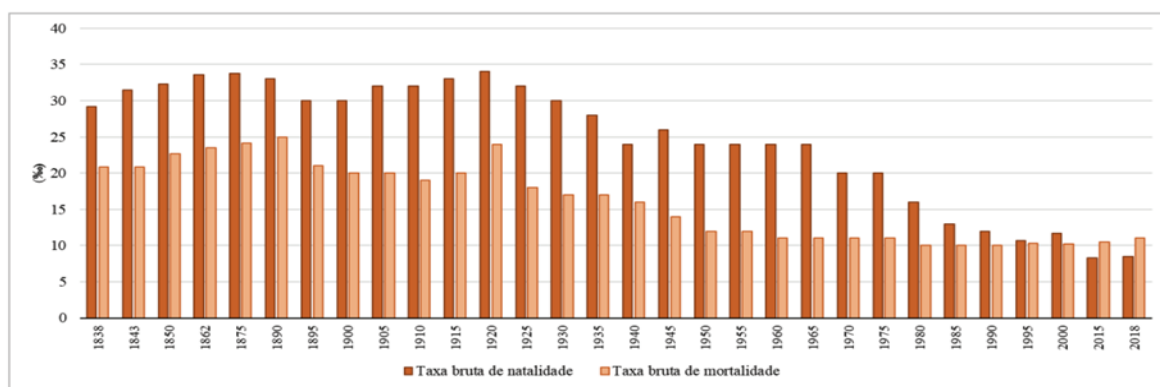
Partindo da análise ao gráfico seguinte, percebe-se a variação da taxa de mortalidade ao longo dos anos. Em 1890 dá-se o pico da taxa bruta de mortalidade, sendo que 30

anos depois, esses valores são quase alcançados, muito devido à gripe espanhola, que causou um grande aumento da mortalidade. A partir desse ano os valores foram oscilando, mas sempre com uma tendência de descida.

A taxa bruta de natalidade, desde os finais do século XIX até meados do século XX, foi sempre elevada. Entre 1862 e 1890 os valores da taxa bruta de natalidade alcançaram quase os 35 ‰, valores que foram novamente atingidos apenas em 1920. A partir de 1920, e excetuando a subida que se verifica entre 1940 e 1945, verifica-se uma descida da taxa bruta de natalidade, que se mantém até meados do século XX.

Em síntese, durante este período, os valores dos “...saldos naturais positivos compensam os saldos migratórios negativos associados aos ciclos emigratórios. O ritmo de crescimento populacional é apenas interrompido ou perturbado pelos impactos da 1ª Guerra Mundial e da gripe pneumónica (saldos negativos, 1918-20), pelas restrições impostas à emigração pelos Estados Unidos (nos anos 20) e Brasil (nos anos 30), pela crise económica de 1929-1931 e pela 2ª Guerra Mundial” (Sá Marques et al., 2021, p.294).

Gráfico 3- Taxa bruta de natalidade e taxa bruta de mortalidade, em Portugal, entre 1838 e 2018



Fonte: “Territorialidades em Portugal”, Teresa Sá Marques et al.; fonte dos dados: Valério (coord.) (2001) – Estatísticas Históricas Portuguesas (vol. I); INE, Estatísticas de Nados-Vivos; INE, Estatísticas de Óbitos; PORDATA.

In Sá Marques et al. (2021)

2.3. Do princípio dos anos 60 até meados dos anos 90

2.3.1. As consequências do elevado aumento da emigração

Após o fim da 1ª transição demográfica, deu-se o começo da 2ª fase, que teve o seu período compreendido entre a segunda metade do século XX, do princípio dos anos 60 até meados dos anos 90. Esta fase fica marcada por uma acentuada mudança demográfica, devido à queda da natalidade, que se vai verificar até 1990, e também pelo forte aumento da emigração, maioritariamente para países europeus (Sá Marques et al., 2021).

O elevado aumento da emigração em Portugal originou uma série de consequências para o país. Durante a segunda metade do século XX, eram evidentes os desequilíbrios territoriais e regionais em Portugal, sendo que o interior do país era o mais afetado, começando a verificar-se um contínuo esvaziamento populacional, com a saída de muitas pessoas para o estrangeiro à procura de melhores condições de vida. Embora a emigração tenha reduzido a pressão nos mercados de trabalho locais, o despovoamento continuava a aumentar, assim como o envelhecimento da população do interior, principalmente do norte de Portugal, pois a maior parte dos emigrantes eram jovens, em idade ativa (Ramos, 2012).

Portugal era, no contexto europeu, considerado um país da periferia, tanto hoje como nos anos 60. Verificou-se o crescimento da economia nos anos da Associação Europeia de Comércio Livre, da qual Portugal foi país fundador, assim como o desenvolvimento do país no pós-25 de Abril, sendo que daí foram retiradas consequências, sendo elas a pertença de Portugal ao grupo de países com o desenvolvimento humano muito elevado, permanecendo, no entanto, uma diferença perante outros países europeus mais desenvolvidos, apesar de uma diminuição entre o início dos anos 60 e meados dos anos 90 (Pires et al., 2020).

Portugal era um país com grandes desconformidades regionais internas, e que apresentava grandes desigualdades económicas em relação aos principais destinos da emigração portuguesa. Estas eram as principais razões para justificar a manutenção da emigração em Portugal, as assimetrias regionais, e as desigualdades económicas, que

eram entendidas pelos portugueses como razões suficientes para deixarem o seu país (Baganha, 1994).

Ainda aos dias de hoje, Portugal é um país com um elevado número de emigrantes, de várias gerações, e espalhados pelos quatro cantos do mundo. Desde o início do século XX que Portugal apresenta taxas de emigração elevadas, “...tanto quando o crescimento da economia foi também elevado como quando foi reduzido ou mesmo negativo, quase desapareceu, retomou lentamente, cresceu subitamente ou desacelerou, por mais de uma vez. Ora, uma constante, ainda que tendencial, o menor desenvolvimento relativo português, não pode explicar uma variação, neste caso a grande variação dos fluxos de emigração” (Pires et al., 2020, p.11).

2.3.2. Destinos preferenciais dos emigrantes portugueses

Foi precisamente no princípio da segunda metade do século XX que se verificou um grande aumento no número de saída de população portuguesa para o estrangeiro. A partir dos anos 60 a emigração portuguesa começou a concentrar-se sobretudo para países europeus, com a França como destino preferencial, contrariando o grande fluxo de emigração portuguesa para as Américas, que foi o destino prioritário até aos anos 60, sendo o Brasil o destino preferencial. Tal como se pode verificar na seguinte tabela, os outros destinos transatlânticos mais procurados pelos emigrantes, para além do Brasil, eram os Estados Unidos da América e o Canadá. Já os destinos europeus, para além da França, a Alemanha foi também um país que acolheu um grande número de emigrantes portugueses (Baganha, 1994).

Como a saída de pessoas de Portugal era muito elevada, existiam uma série de fatores que justificavam essa partida. Entre eles “...está a mudança das políticas migratórias em países de destino como a França e a Alemanha que, em resposta à crise económica de 1973, adotaram medidas restritivas opostas às que tinham posto em prática nas décadas anteriores” (Pires et al., 2020, p.13).

Para além disso, “...parte da emigração imediatamente anterior para a Europa e África era não só um modo de escapar a situações de pobreza persistente como a expressão

de falta de expectativas de mudança local que permitissem uma melhoria das condições de vida no país” (Pires et al., 2020, p.13).

Tabela 5

[QUADRO II]

Ano	Brasil	EUA	Canadá	Total da América	França	Alemanha	Outros europeus	Total europeu	Total
1950	14 143	938		21 491	319	1	81	401	21 892
1951	28 104	676		33 341	418	2	254	674	34 015
1952	41 518	582		46 544	650	4	209	863	47 407
1953	32 159	1 455		39 026	690		246	936	39 962
1954	29 943	1 918		40 234	747	4	205	956	41 190
1955	18 486	1 328		28 690	1 336		121	1 457	30 147
1956	16 814	1 503	1 612	26 072	1 851	6	167	2 024	28 096
1957	19 931	1 628	4 158	32 150	4 640	5	99	4744	36 894
1958	19 829	1 596	1 619	29 207	6 264	2	127	6 393	35 600
1959	16 400	4 569	3 961	29 780	4 838	6	130	4 974	34 754
1960	12 451	5 679	4 895	28 513	6 434	54	158	6 646	35 159
1961	16 073	3 370	2 635	27 499	10 492	277	304	11 073	38 572
1962	13 555	2 425	2 739	24 376	16 798	1 393	435	18 626	43 002
1963	11 281	2 922	3 424	22 420	29 843	2 118	837	32 798	55 218
1964	4 929	1 601	4 770	17 232	51 668	4 771	1 905	58 344	75 576
1965	3 051	1 852	5 197	17 557	60 267	12 197	1 467	73 931	91 488
1966	2 607	13 357	6 795	33 266	63 611	11 250	3 868	78 729	111 995
1967	3 271	11 516	6 615	28 584	59 597	4 070	2 461	66 128	94 712
1968	3 512	10 841	6 833	27 014	58 741	8 435	2 037	69 213	96 227
1969	2 537	13 111	6 502	27 383	110 614	15 406	2 269	128 289	115 672
1970	1 669	9 726	6 529	22 659	135 667	22 915	1 964	160 546	183 205
1971	1 200	8 839	6 983	21 962	110 820	24 273	1 418	136 511	158 473
1972	1 158	7 574	6 845	20 122	68 692	24 946	1 785	95 423	115 545
1973	890	8 160	7 403	22 091	63 942	38 444	5 255	107 641	129 732
1974	729	9 540	11 650	25 822	37 727	13 352	3 958	55 037	80 859
1975	1 553	8 957	5 857	19 304	23 436	8 177	1 569	33 182	52 486
1976	837	7 499	3 585	14 762	17 919	5 913	598	24 430	39 192
1977	557	6 748	2 280	14 826	13 265	4 835	750	18 850	33 676
1978	323	8 171	1 871	16 307	7 406	4 509	636	12 551	28 858
1979	215	8 181	2 805	17 532	5 987	4 400	807	11 194	28 726
1980	230	4 999	2 334	15 281	5 200	4 000	692	9 892	25 173
1981	228	4 295	2 196	14 498	8 600	3 100	409	12 109	26 607
1982	187	1 889	1 484	9 420	17 900	1 900	285	20 085	29 505
1983	197	2 437	823	6 242	6 300	1 500	166	7 966	14 208
1984	121	2 651	764	5 747	4 600	1 400	116	6 116	11 863
1985	136	2 783	791	5 842	4 000	1 600	109	5 709	11 551
1986	91	2 704	983	5 024	1 800	3 100	280	5 180	10 204
1987	28	2 643	3 398	7 757	400	3 100	158	3 658	11 415
1988	21	2 112	5 646	8 934	600	3 600	198	4 398	13 332

Fonte: Excepto para a Alemanha e a França, *Boletim Anual da SECP*, 1980-1981 e 1988; para a França, de 1950 a 1979, «Statistiques de l'immigration», ONI (*in* Antunes, 1973, 14, e Stahl *et al.*, 1982, 61); para a Alemanha, «Statistisches Bundesamt», VIII, B, 182 (*in* Stahl *et al.*, 1982, 63); de 1980 a 1988, Sopemi, 1980, 1986, 1988 e 1990.

Nota. — A legalização especial de 1963 a 1968 foi deduzida.

In Baganha (1994)

Enquanto por um lado existia uma certa manutenção dos movimentos migratórios para o continente americano, com especial destaque para o Brasil e a Venezuela, a sul, e os EUA e o Canadá, a norte, na fase final do Estado Novo houve uma promoção por parte do governo português, também como parte da estratégia de resposta à guerra colonial iniciada pelos líderes independentistas, levando assim ao aumento da emigração para as colónias portuguesas. Numa escala maior, a emigração para a Europa, em especial para França, Alemanha e Luxemburgo, foi crescendo constantemente (Pires et al., 2020).

Gráfico 4- Evolução da população portuguesa emigrada

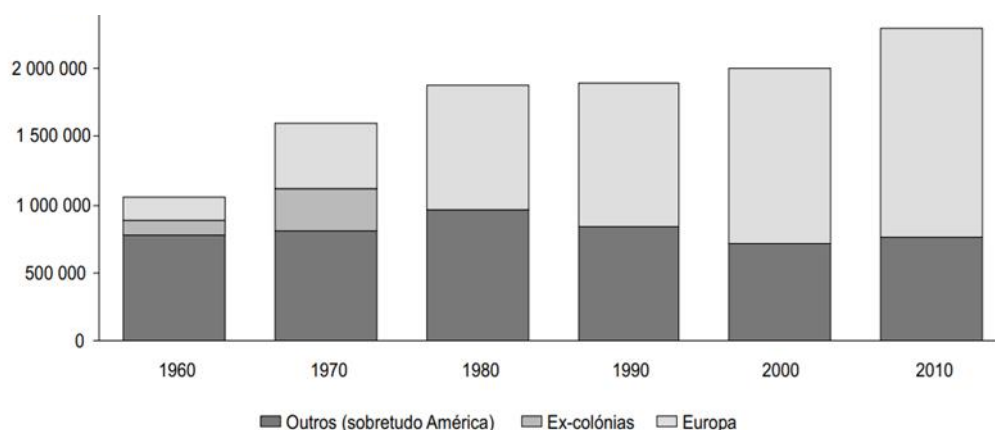


Figura 1 Evolução da população portuguesa emigrada, 1960-2010

Nota: nascidos em Portugal a residir no estrangeiro (*stock*).

Fontes: United Nations, Department of Economic and Social Affairs (2012), Trends in International Migrant Stock: Migrants by Destination and Origin (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2012); The World Bank, Global Bilateral Migration Database; INE, Recenseamentos Gerais da População de Angola e Moçambique.

In Pires et al. (2020)

2.3.3. Qual o local de origem dos emigrantes portugueses

Sendo um país com um grande número de emigrantes espalhados pelo mundo, estes provinham de todas as regiões e distritos de Portugal. Através do quadro apresentado,

que apresenta os números da emigração em Portugal desde 1950 até 1988, percebe-se que na região do Alentejo e na região do Algarve, os números da emigração podem ser considerados residuais, quando comparado com outras regiões de Portugal.

Em sentido inverso, as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, o Norte e o Centro e o distrito de Lisboa foram os locais de onde mais emigraram pessoas, com especial destaque para os distritos de Lisboa e do Porto, que são polos de elevada concentração populacional, para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira e para os distritos de Aveiro e de Braga, cujos números totais de emigrantes, no espaço compreendido entre 1950 e 1979, ultrapassam a centena de milhar, como é possível observar na 4ª coluna.

Tabela 6

Emigração legal por distritos

[QUADRO III]

Distrito	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1950-1979	1980-1988
Aveiro	36 830	42 821	28 733	108 384	9 786
Beja	619	7 015	8 020	15 654	402
Braga	20 715	60 215	24 494	105 424	3 593
Bragança	21 673	24 451	7 096	53 220	947
Castelo Branco	4 895	33 447	7 629	4 597	1 034
Coimbra	16 449	18 343	14 852	49 644	3 273
Évora	329	2 427	2 846	5 602	218
Faro	7 720	23 886	9 600	41 206	1 142
Guarda	23 186	37 538	9 006	69 730	1 987
Leiria	13 633	49 555	27 023	90 211	4 431
Lisboa	7 439	52 400	47 662	107 501	16 939
Portalegre	529	2 384	1 221	4 134	183
Porto	35 909	55 295	30 361	121 565	6 952
Santarém	6 668	24 517	13 425	44 610	3 133
Setúbal	1 114	11 305	12 075	24 494	4 649
Viana do Castelo	15 901	36 432	11 660	63 993	3 154
Vila Real	18 990	25 122	15 633	59 745	3 775
Viseu	36 300	30 607	21 139	88 046	2 919
Continente	268 899	537 760	292 475	1 099 134	68 517
Açores	21 051	72 255	75 771	169 077	18 998
Madeira	47 161	36 412	24 234	107 807	2 047
Sem informação	5 817	535	37	6 389	—
<i>Total</i>	<i>342 928</i>	<i>646 962</i>	<i>392 517</i>	<i>1 382 407</i>	<i>89 562</i>

Fonte: *Boletim Anual da SECP*, 1981 a 1988.

In Baganha (1994)

Através da análise do quadro apresentado, é evidente o elevado número de pessoas que tiveram de emigrar, sendo essas pessoas naturais de todos os distritos de Portugal Continental e também das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. O pico de maior emigração foi entre os anos de 1960 e 1969, sendo que entre 1950 e 1979 emigraram legalmente de Portugal 1.382.407 pessoas.

2.3.4. A influência do 25 de abril na emigração portuguesa

Durante este período ocorreu também o 25 de abril, em 1974, e que entre outros aspetos permitiu iniciar o processo de independência das colónias portuguesas. Apesar de ter sido um movimento que derrubou um regime autocrático, o “... 25 de abril não se traduziu, de imediato, numa melhoria substancial das condições de vida da maioria da população, mas traduziu-se, no imediato, no incremento das expectativas de que essa melhoria era possível e dependia, pelo menos em parte, da voz que os portugueses tinham passado a ter. Traduziu-se, ainda, na eliminação dos fatores políticos de parte da emigração: a repressão estatal e a guerra colonial. Mudança política em Portugal e mudanças nas políticas migratórias nos países de destino tiveram, combinadas, um efeito de contração da emigração na segunda metade da década de 1970” (Pires et al., 2020, p.13).

Através da análise da tabela 6, o maior aumento de pessoas emigradas em Portugal foi registado na passagem dos anos 60 para os anos 70, com um aumento de cerca de 500.000 pessoas emigradas, num curto espaço de 10 anos. A partir dos anos 70, e apesar da bem-sucedida Revolução dos Cravos, a emigração portuguesa continuou a apresentar números bastante elevados, e em crescendo, sendo que entre os anos 80 e 90, os números da emigração mantiveram-se estáveis, com cerca de 2 milhões de portugueses emigrados.

Outra característica que mudou na emigração portuguesa, segundo a tabela 6 foi o destino dos emigrantes. Estes passaram a optar pela ida para países europeus, principalmente a partir da década de 70, contrariando números bastante reduzidos da década de 60. Para o aumento deste intento contribuiu a integração europeia de

Portugal, em 1986, o que facilitou a emigração para os países da Europa e em especial para os países membros da União Europeia (Pires et al., 2020).

Não obstante a maior facilidade na emigração para países europeus, estes colocaram em prática políticas de captação de migrantes, principalmente nos países de destino que tinham estado diretamente envolvidos na 2ª Guerra Mundial, e que tinham insuficiência de mão de obra nos processos de reconstrução pós 2ª Guerra Mundial. As carências de mão-de-obra eram mais sentidas no ramo da indústria e da construção, dada a destruição causada pela guerra, principalmente na Alemanha e na França (Pires et al., 2020).

“Por outro lado, o facto de o regime do Estado Novo ter iniciado uma política mais restritiva de saídas, só possível no quadro de limitação das liberdades à época, política que não travou a emigração, mas se traduziu no crescimento da sua componente designada como “clandestina”, feita por terra e, portanto, mais fácil para destinos de proximidade do que de longa distância, tendo em conta a escala em causa. Entre 1969 e 1973, emigraram cerca de meio milhão de portugueses, a quase totalidade dos quais para destinos europeus. A chamada emigração clandestina representou mais de 60% da emigração total e mais de três quartos da emigração intraeuropeia (Pires et al., 2020, p.14).

Dado que a 2ª metade do século XX ficou bastante marcada pelo elevado número de pessoas que tiveram de emigrar, legal e ilegalmente, este fenómeno causou um impacto demográfico e económico em Portugal. A guerra colonial, que começou em 1961, foi um acontecimento que provocou uma grande mobilização de mão-de-obra, essencialmente jovens adultos. Deste modo, e tendo de efetuar o serviço militar obrigatório, houve uma diminuição no número de casamentos realizados em Portugal, o que por sua vez se traduziu no decréscimo da taxa de natalidade (de Sousa, 1995).

Entre 1960 e 1973 o saldo migratório de Portugal apresentou números muito negativos, com uma saída muito grande de população à procura de melhores condições de vida e também pretendendo evitar a convocação obrigatória para combater na guerra colonial, sendo que a entrada de pessoas em Portugal era também

insuficiente para contrariar o saldo migratório negativo. Assim, apesar da elevada emigração, que se fez sentir desde os anos 60, nos anos 70 verificou-se um claro crescimento demográfico, devido ao 25 de abril de 1974.

2.3.5. A evolução demográfica no pós 25 de abril

Esse crescimento demográfico, evidenciado no gráfico, representa “... o retorno dos residentes nas ex-colónias, com grandes impactos por quase todo o país. Vive-se um período de crescimento populacional, evidenciado no censo de 1981. A partir desta data, o saldo natural continua a decrescer, fruto do declínio da fecundidade, iniciando-se uma fase de crescimento muito lento suportado pela imigração” (Sá Marques et al., 2021, p.297).

Tabela 7

Evolução da população portuguesa em 1900-1981 *Em milhares*

Período	Crescimento natural ^{II}	Crescimento efectivo	Saldo migratório
1901-1911	749,4	537	- 12,4
1912-1920	424,5	72,9	- 351,6
1921-1930	810,4	792,9	- 17,5
1931-1940	828,7	896,3	+ 67,6
1941-1950	847,8	719,1	- 128,7
1951-1960	1 090,8	410	- 680,8
1961-1970	1 072,6	- 282,6	- 1 355,2
1971-1981	838,7	1 284,1	+ 445,4

Fonte: Censo de 1981 e *Boletim Anual da SECP*, 1980 e 1981.

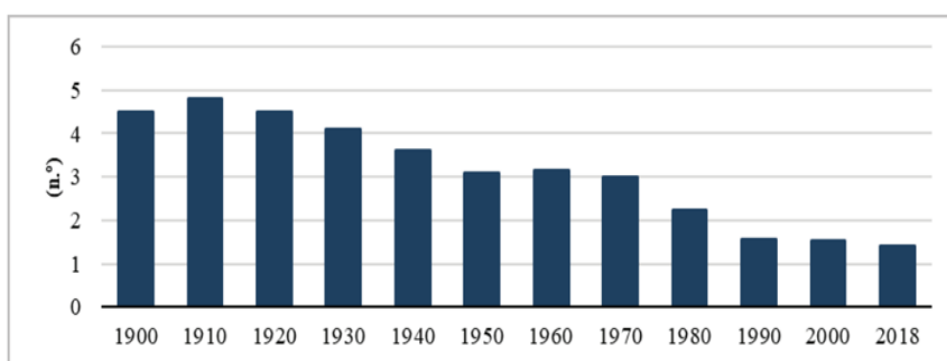
In Baganha (1994)

Outra consequência demográfica verificada em Portugal foi o envelhecimento que se começou a sentir em algumas regiões portuguesas. No final dos anos 70, havia localidades em Trás-os-Montes e na Beira Alta onde o envelhecimento já se fazia sentir de forma mais acentuada, levando inclusive ao encerrar de escolas primárias, situação vivida principalmente nas aldeias, devido à falta de moradores mais jovens, em idade escolar (de Sousa, 1995).

As crianças nas aldeias frequentavam a escolaridade obrigatória, o ensino primário, sendo que muitas delas, principalmente homens eram incentivados a emigrar, de modo a terem um futuro melhor. Deste modo, “os efeitos demográficos da emigração são muito importantes. Mais, como a emigração durou muito tempo, foram efeitos profundos cumulativos que ainda são duradouros, por exemplo, a diminuição da natalidade” (de Sousa, 1995, p.620).

O efeito mais evidente é o envelhecimento da população, principalmente nas áreas mais despovoadas, afetadas pela fraca fecundidade e pelas perdas populacionais, provocadas pela elevada emigração e pelas migrações internas. A fecundidade, como se pode verificar no gráfico, atinge níveis abaixo da renovação das gerações, traduzindo-se assim num envelhecimento cada vez maior, pois os nascimentos diminuíram, e as condições de vida foram melhorando ao longo dos tempos, levando a que esperança média de vida seja cada vez maior (Sá Marques et al., 2021).

Gráfico 5- Índice sintético de fecundidade, em Portugal, entre 1900 e 2018



Fonte: “Territorialidades em Portugal”, Teresa Sá Marques et al.; fonte dos dados: Rodrigues, et al (2009) – História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade; INE, Indicadores Demográficos; PORDATA.

Em Sá Marques et al. (2021)

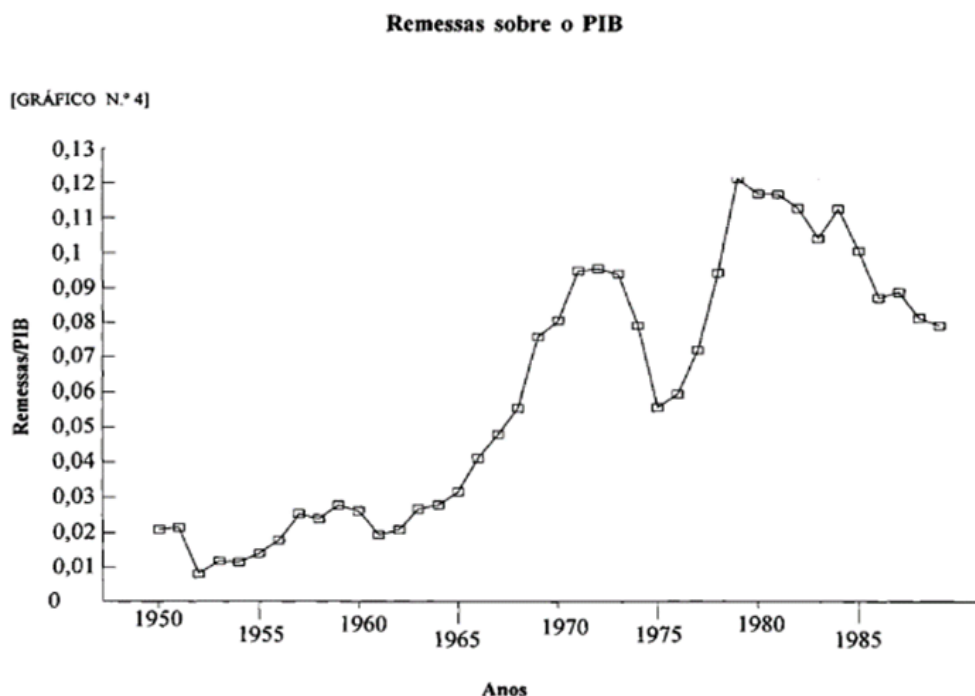
2.3.6. O impacto económico da emigração

Economicamente, a emigração teve também um grande impacto sobre a economia nacional. Para Afonso e Aguiar (2004), a partir dos anos 60, o elevado número de pessoas em Portugal que tiveram de emigrar para países mais desenvolvidos foram para a economia portuguesa, devido às remessas que os mesmos enviavam para o seu

país de origem, o que ajudava a equilibrar as contas da balança de pagamentos do estado português, num período em que havia a necessidade de importação de muitos dos bens e investimentos indispensáveis à modernização industrial, permitindo até acumular reservas de ouro e divisas internacionais.

Desta forma, pode-se comparar o valor das remessas com o valor do PIB. O quadro e o gráfico seguintes representam a evolução das remessas relativamente ao PIB de 1950 a 1988. Pode-se concluir que as remessas “...apresentaram um peso sempre crescente em relação ao PIB — 2% na década de 50, 4% nos anos 60, 8% nos anos 70 e 10% nos anos 80. É inegável o enorme impacto da emigração na demografia e na economia nacionais. É também inegável que a emigração foi durante este século o bem mais valioso que a sociedade portuguesa produziu para exportação, uma vez que nenhum outro bem ou serviço, por si só, teve ou tem tal peso nas exportações nacionais” (Baganha, 1994, p.963 e 964).

Gráfico 6



Fonte: Baganha (1994)

Tabela 8

PIB, exportações e remessas, 1950-1989

Em milhares de contos

[QUADRO V]

Ano	PIB	Exportações	Remessas
1950	42 255	5 334	886
1951	45 798	7 559	983
1952	46 878	6 811	382
1953	49 062	6 283	580
1954	50 650	7 297	585
1955	53 597	8 165	758
1956	57 769	8 621	1 037
1957	60 750	8 289	1 542
1958	64 466	8 299	1 552
1959	68 760	8 351	1 913
1960	71 259	9 408	1 868
1961	76 683	9 373	1 489
1962	81 595	10 632	1 704
1963	88 510	12 024	2 371
1964	95 816	14 831	2 679
1965	106 872	16 573	3 378
1966	117 009	17 812	4 818
1967	130 765	20 166	6 267
1968	142 251	21 917	7 902
1969	155 988	24 526	11 812
1970	175 179	27 299	14 086
1971	198 585	30 248	18 848
1972	231 244	35 255	22 079
1973	281 487	45 410	26 452
1974	338 414	58 014	26 772
1975	376 239	49 328	20 975
1976	464 677	55 089	27 623
1977	625 835	77 685	44 972
1978	787 260	106 451	74 120
1979	991 264	176 051	120 175
1980	1 256 051	231 623	146 589
1981	1 501 131	256 913	175 126
1982	1 850 407	331 743	208 380
1983	2 301 713	508 568	239 376
1984	2 815 728	760 580	316 778
1985	3 523 945	971 747	353 665
1986	4 420 400	1 082 225	385 068
1987	5 174 732	1 311 003	458 941
1988	6 002 751	1 581 957	48 7923
1989	7 130 260	2 015 711	563 821

Fontes: PIB até 1959, Nunes *et al.*, 1989, 292-295; depois de 1960, INE; exportações e importações até 1985, Nunes *et al.*, 1989, 315-318; remessas — de 1950 a 1973, Chaney, 1986, 92; de 1973 a 1989, INE.

In Baganha (1994)

2.4. De meados dos anos 90 até à atualidade

Por fim, ocorre a última parte da transição demográfica, e que é compreendida entre meados dos anos 90, e que vai até aos dias de hoje. A grande modificação demográfica verificada em Portugal neste período decorre da elevada emigração, principalmente nas localidades do interior de Portugal, o que vai originar uma queda da natalidade.

É entre os finais do século XX e início do XXI que se começa a verificar um decréscimo do crescimento demográfico em Portugal. Este abrandamento justifica-se pois grande parte dos emigrantes são jovens adultos, o que provoca um aumento do despovoamento nas regiões do interior, que vêm assim os jovens saírem para o estrangeiro e para as grandes cidades portuguesas, principalmente Porto e Lisboa e respetivas áreas metropolitanas.

2.4.1. A problemática do despovoamento nos municípios rurais

João Ferrão (2018) considera que o despovoamento abrange, aos dias de hoje, a maior parte dos municípios rurais do que é chamado o interior, sendo que o futuro é que haja uma diminuição demográfica, em alguns locais superiores a 20% até 2030. Ainda assim, estabelecem-se três exceções, e que são:

- a) “municípios que, mantendo-se rurais, desenvolveram historicamente processos de industrialização difusa, onde atividades agrícolas, industriais e de serviços coexistem em contextos geográficos marcados por um povoamento disperso e pela fragmentação da propriedade (por exemplo, concelhos do Noroeste);
- b) municípios rurais com uma forte base agrícola localizados na área de influência direta de cidades de grande e mesmo média dimensão, ou seja, perto de importantes focos de consumo, de centros de conhecimento e de infraestruturas e equipamentos especializados (por exemplo, concelhos da região Oeste);
- c) municípios rurais onde a existência de condições biofísicas particularmente positivas (solo, água) permitiram o desenvolvimento de perfis de especialização agrícola competitivos e internacionalizados com uma forte base local (por exemplo, parte do concelho do Fundão)” (Ferrão, 2018, p.16).

2.4.2. O decréscimo populacional

Com a saída dos jovens adultos, o país envelhece, sendo que as regiões do interior ficam povoadas maioritariamente por população idosa, fazendo com que não se atinga o índice de renovação de gerações, a fecundidade decresça, e que a taxa de mortalidade supere a taxa de natalidade, como pode ser evidenciado no gráfico 3, sendo que desde 2015 que a taxa de mortalidade é superior à taxa de natalidade. Dessa maneira, torna-se evidente que a população portuguesa está a diminuir, com a imigração a assumir um papel fundamental, de modo a poder contrariar o atual crescimento natural negativo (Sá Marques et al., 2021).

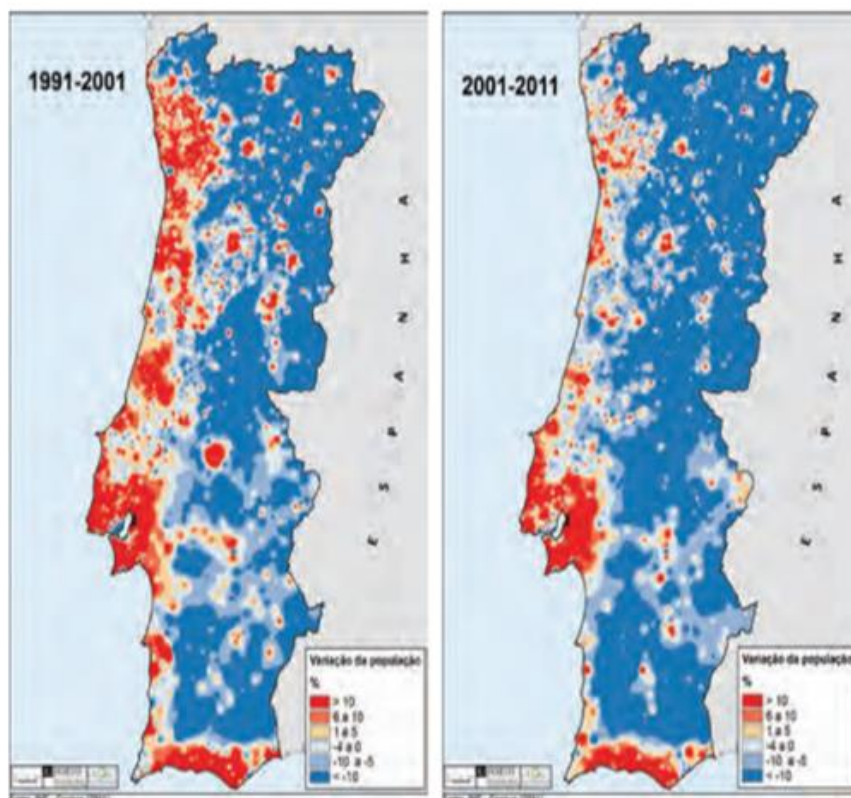
Segundo Sá Marques et al. (2021, p.300) verifica-se que a “...regressão populacional dos últimos anos mostra um país que gradualmente se retrai, por força do saldo natural e do saldo migratório. Na primeira década do século XXI, alargaram-se os territórios em perda populacional por quase todo o país. Apenas a região de Lisboa e o Algarve, alguns concelhos do Noroeste e da Madeira e os concelhos de Vila Real, Viseu e Leiria, mostram maior dinamismo entre os momentos censitários de 2001 e 2011. O Noroeste continua a alimentar-se principalmente do crescimento natural”.

O índice sintético de fecundidade, representado no gráfico 4, é também importante na análise do saldo natural. O número necessário para que haja a reposição das gerações é 2,1 filhos por mulher, no entanto, se em 1960 a média portuguesa era de 3,2 filhos por mulher, em 2018 esta média passou para 1,4, insuficiente para que se verifique a renovação de gerações, e inferior à média da União, que é de 1,6 filhos por mulher, em 2017. Desta forma, Portugal é um dos países da União Europeia com uma das taxas de fecundidade mais baixas (Sá Marques et al., 2021).

2.4.3. Desigual distribuição da população pelo território

Assim, e através da análise dos mapas da figura 3, é evidente uma concentração cada vez maior de população nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, e também na região do Algarve. As localidades que se situam ao longo da faixa litoral foram também alvo de abandono por parte da população, com uma concentração cada vez maior nas áreas referidas. Este fenómeno vai ser cada vez mais problemático ao longo dos anos para o país, pois irá contribuir para acentuar o cada vez maior despovoamento do interior de Portugal Continental.

Figura 3- Variação da população residente

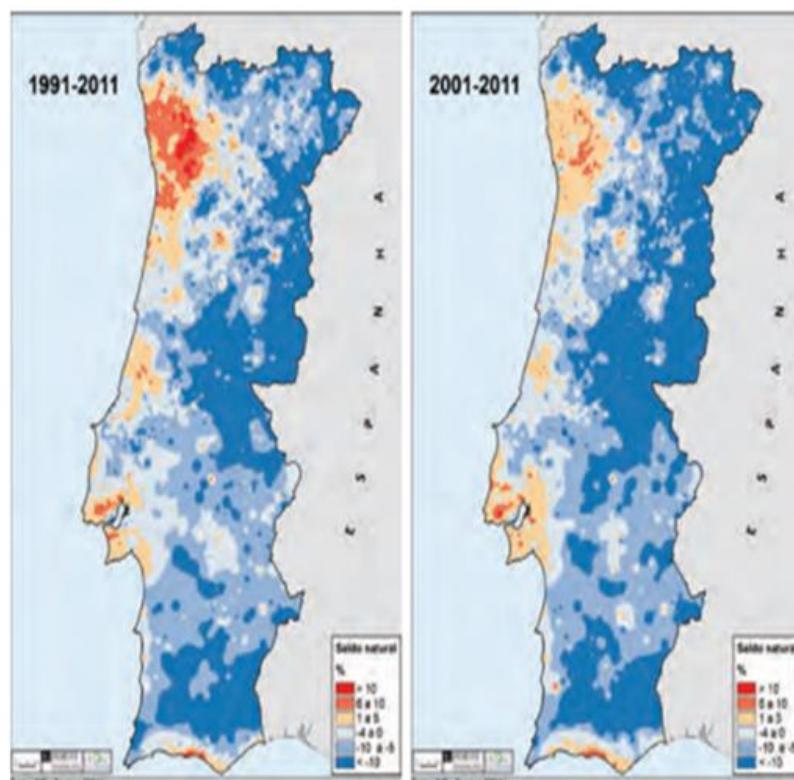


Fonte: "Territorialidades em Portugal", Teresa Sá Marques *et al.*; fontes dos dados: INE, Censos da População.

In Sá Marques et al. (2021)

Se a concentração de pessoas se faz cada vez mais na facha litoral, vai ser normal que o saldo natural seja também superior nessas regiões. Verifica-se a partir da figura 4, que embora seja nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, e na região do Algarve que o saldo natural seja superior, é preocupante que tenha havido um decréscimo do mesmo, desde 1991-2001, até 2001-2011. É assim fundamental encontrar soluções, para que estas adversidades sejam revertidas.

Figura 4- Crescimento natural



Fonte: "Territorialidades em Portugal", Teresa Sá Marques *et al.*; fontes dos dados: INE, Censos da População e Estatísticas de Nados-Vivos e de Óbitos.

In Sá Marques et al. (2021)

A emigração em Portugal é ainda no século XXI muito elevada, sendo que os emigrantes provêm, na sua maioria, das regiões do interior de Portugal. Nos últimos esta situação ainda se agravou mais devido à crise económica, que originou a imposição de diversas medidas económicas, e que provocaram uma saída muito grande de população para outros países europeus, em busca de melhores condições de vida. Tudo isto provocou um despovoamento crescente das regiões do interior, principalmente territórios rurais, e um aumento do envelhecimento dessas mesmas regiões, dado que a população emigrante é principalmente composta por jovens em idade adulta (De Almeida, 2018).

2.4.4. Quais os principais destinos da emigração no século XXI

Foi na Europa sobretudo nos países da União Europeia e nos países do espaço económico europeu que a emigração portuguesa do século XXI mais se concentrou. De acordo com os resultados obtidos nos censos de 2010/2011, os portugueses a residir nos países da União Europeia e da EFTA eram mais de 1,1 milhões (Pires et al., 2020).

“França, Luxemburgo e, em menor grau, Alemanha, destacavam-se então entre os antigos países da emigração portuguesa. Suíça, Reino Unido e Espanha nos novos destinos. Entre os censos de 2000/01 e de 2010/11 aumentou substancialmente a população portuguesa emigrada nestes países” (Pires et al., 2020, p.15).

“Naqueles em que viviam mais portugueses emigrados, esse crescimento variou entre cerca de 6% em França, e mais de 150%, no Reino Unido. Crescimentos intermédios foram observados no Luxemburgo (+46%), Suíça (+68%) e Espanha (+76%). Em termos absolutos, os crescimentos mais significativos ocorreram na população emigrada na Suíça (mais 68 mil indivíduos nascidos em Portugal), no Reino Unido (mais 56 mil), Espanha (mais 43 mil), França (mais 36 mil) e Luxemburgo (mais 19 mil). Em sentido oposto, fora da Europa, países como o Brasil, a Venezuela, os EUA e o Canadá viram diminuir as populações de emigrantes portugueses, de fixação mais antiga. Essa diminuição, medida em termos relativos, foi maior no Brasil (-35%) e na Venezuela (-30%), e menos intensa nos EUA (-12%) e no Canadá (-9%). Em termos absolutos, em

2010/11 havia menos 131 mil emigrantes portugueses a viver nestes quatro países americanos do que em 2000/01” (Pires et al., 2020, p.15).

Tabela 9- Evolução da população portuguesa emigrada nos principais países de destino, entre 2000/01 e 2010/11

			Absoluta	Relativa (%)
Reino Unido	36 556	92 065	55 509	151,8
Espanha	56 359	98 975	42 616	75,6
Suíça	100 975	169 459	68 484	67,8
Luxemburgo	41 690	60 897	19 207	46,1
Alemanha	70 100	75 110	5 010	7,1
França	581 062	617 234	36 172	6,2
Canadá	153 530	140 315	-13 215	-8,6
EUA	218 646	191 803	-26 843	-12,3
Venezuela	53 477	37 326	-16 151	-30,2
Brasil	213 203	137 973	-75 230	-35,3

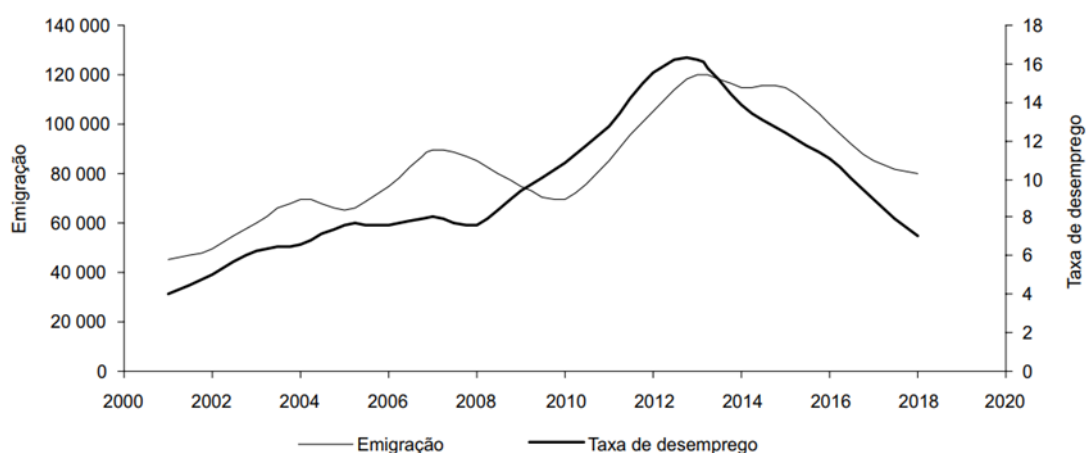
Notas: (1) nascidos em Portugal a residir nos países de destino (*stock*); (2) dependendo do país, os recenseamentos foram realizados em 2000 e 2010 ou em 2001 e 2011; (3) o valor dos nascidos em Portugal residentes na Alemanha em 2001 foi estimado a partir dos dados da OCDE disponíveis na DIOC-2001, sendo baixa a fiabilidade do resultado obtido.

Fontes: Observatório da Emigração, valores dos recenseamentos nacionais da população dos países de residência consultados em Eurostat (Census Hub), Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (Celade), US Census Bureau e Statistics of Canada.

In Pires et al. (2020)

Foi entre 2010 e 2013 que ocorreu o maior pico de emigração portuguesa desde meados do século XX. Em 2014, e após superar uma crise económica grave, que provocou o aumento da emigração, iniciou-se um processo de retoma económica em Portugal, marcado pelo crescimento do emprego e a descida do desemprego. Ocorreu um crescimento da taxa de emprego em 49,6%, em 2013, para 55%, em 2018, e a taxa de desemprego desceu, no mesmo espaço de tempo de 16,2% para 7% (Pires et al., 2020).

Gráfico 7- Emigração e taxa de desemprego, entre 2001 e 2018



Fonte: Pires et al. (2020)

Mais recentemente, o foco da emigração portuguesa tem sido fundamentalmente os países europeus. A preferência da emigração portuguesa, evidenciada na tabela apresentada, é que o Reino Unido é o destino prioritário daqueles que pretendem emigrar. Outros destinos dos mais escolhidos são a Suíça, França, Espanha, Alemanha e Luxemburgo, todos países europeus. O Brasil, Estados Unidos da América, Canadá e Venezuela, países que pertencem ao continente americano, foram em tempos os destinos preferenciais de milhares de portugueses. Apesar de ainda terem uma grande diáspora portuguesa a residir lá, não são aos dias de hoje a preferência da maior parte dos emigrantes.

Tabela 10- Evolução da emigração para os principais países de destino, entre 2001 e 2018

País	2001 (ou primeiro ano disponível)	2018 (ou último ano disponível)	Média anual 2001-2018	Valor mais elevado	
				Ano	Valor
Total	45 000	80 000	82 778	2013	120 000
Reino Unido	4 396	18 871	17 293	2015	32 301
Suíça	4 347	8 733	12 924	2013	20 039
França	9 165	8 316	12 273	2012	19 658
Espanha	3 057	10 636	9 751	2007	27 178
Alemanha	9 287	7 200	7 364	2015	14 000
Luxemburgo	2 293	3 501	3 830	2012	5 193
Brasil	482	601	1 103	2013	2 904
EUA	1 609	939	1 004	2001	1 609
Canadá	531	865	573	2018	865
Venezuela	..	..	..	..	..

Notas: entradas permanentes de portugueses nos países de destino (fluxo); Brasil, só 2004-2017; Canadá, 2001-2017; França, 2003-2017; Venezuela, dados não disponíveis; Alemanha, valor máximo e ano de referência estimados.

Fontes: o valor total é uma estimativa do Observatório da Emigração a partir dos valores sobre as entradas de portugueses nos países de destino; os dados dos países foram recolhidos pelo Observatório da Emigração com base nos valores das entradas permanentes de portugueses registadas no Statistisches Bundesamt Deutschland (Alemanha), ministérios do Trabalho e Emprego e da Justiça e Segurança Pública (Brasil), Citizenship and Immigration Canada (Canadá), Instituto Nacional de Estadística (Espanha), US Department of Homeland Security (EUA), Institut National de la Statistique et de Etudes Economiques (França), Le Portail des Statistiques du Luxembourg (Luxemburgo), Department for Work and Pensions (Reino Unido) e Office Fédéral de la Statistique (Suíça).

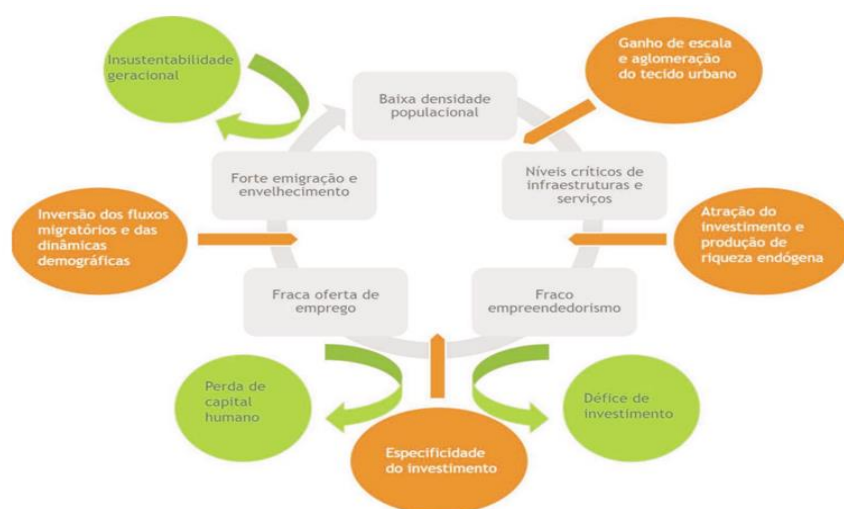
In Pires et al. (2020)

2.4.5. Que medidas a tomar para combater o despovoamento

São assim necessárias tomar medidas que combatam estes problemas em Portugal, entre eles o despovoamento do interior, e que poderá ter um impacto negativo no futuro do país. Um dos principais problemas das regiões do interior de Portugal, e principalmente as pequenas zonas rurais o fraco nível de investimento nessas áreas. Desta forma, existe um claro desinvestimento nas infraestruturas e nos serviços prestados nestas regiões. Para De Almeida (2018) a vida das pessoas que lá residem piorou com o encerramento de diversos serviços públicos, tais como escolas, postos de correio e tribunais, assim como a diminuição do número de freguesias, algo que deve ser assegurado pelo Estado Central.

A partir do momento que se verifica um desinvestimento do Estado nos meio rurais, com a diminuição da oferta de serviços essenciais à população, assim como a sua deterioração, o número de pessoas despedidas ou incapazes de trabalhar na sua zona de habitação aumenta, provocando o aumento do desemprego devido à diminuta

Caso isto não se concretize, que é o que acontece atualmente em grande parte das regiões rurais do interior, a probabilidade de a emigração atingir valores elevados é muito grande. Deste modo, a realidade cada vez mais presente nestas localidades é, para além da elevada taxa de emigração, é o envelhecimento. Com a saída dos jovens, a maior parte da população vai ser constituída por idosos, que tem uma esperança de vida cada vez maior. Para além disso, a densidade populacional vai diminuir, pois os idosos vão morrendo, e as pessoas que saíram não vão regressar à sua terra natal, pois não encontram as condições de vida ideais para aí se fixarem novamente.



Atualmente o problema do despovoamento em Portugal ainda se encontra longe de ser resolvido. Com as pessoas a continuarem a abandonar o interior do país devido à falta de oportunidades oferecidas, os governantes tentam reverter esta situação, apostando no desenvolvimento do turismo nestas áreas do interior. Os turistas são essencialmente atraídos pela experiência que poderão ter de “...consumir o ar despoluído, as tradições e o património. Em resumo, a função utilitária do meio rural como fornecedor de matérias-primas e alimentos foi substituída por local de diversão para as populações urbanas experimentarem estilos de vida alternativos” (De Almeida, 2018, p.5).

Para De Almeida (2018), a agricultura começa a deixar de ser o maior empregador, verificando-se essencialmente uma agricultura de subsistência, e novas atividades começam a ser implantadas, de modo a estimular a economia local. Passou-se assim a aproveitar a paisagem, o artesanato, o ambiente limpo e despoluído, ou seja, tudo o que um meio rural pode oferecer, e que um turista não encontra num meio urbano.

O poder local, como as Camaras Municipais ou as Juntas de Freguesia, desempenham também um papel fundamental na captação de pessoas e empresas para a sua região. Desta forma, tem-se verificado uma preocupação crescente na dinamização das regiões rurais do interior, como por exemplo com o acolher de festivais de verão e a promoção dos produtos endógenos, mas também no apelo para que os jovens não abandonem a sua região (De Almeida, 2018).

Outras estratégias que podem ser utilizadas para a fixação e atração de pessoas para as zonas do interior são as “... políticas de incentivo às famílias, ao aumento da natalidade e ao apoio às crianças, ao cuidado com os idosos, ao turismo e ao lazer, entre outras como a educação, formação de jovens e participação cívica. Não obstante as estratégias de atração descritas, o mais eficaz meio para convencer as populações a permanecerem nos meios rurais ou a mudarem para lá a sua residência é o investimento na indústria e nos serviços para a criação de empregos, já que a agricultura não oferece uma solução a longo prazo: a produção intensiva e altamente especialidade de frutas e legumes, vinho e azeite, praticada em zonas específicas do

território, usa trabalhadores sazonais e precários, geralmente de fora da região” (De Almeida, 2018, p.7).

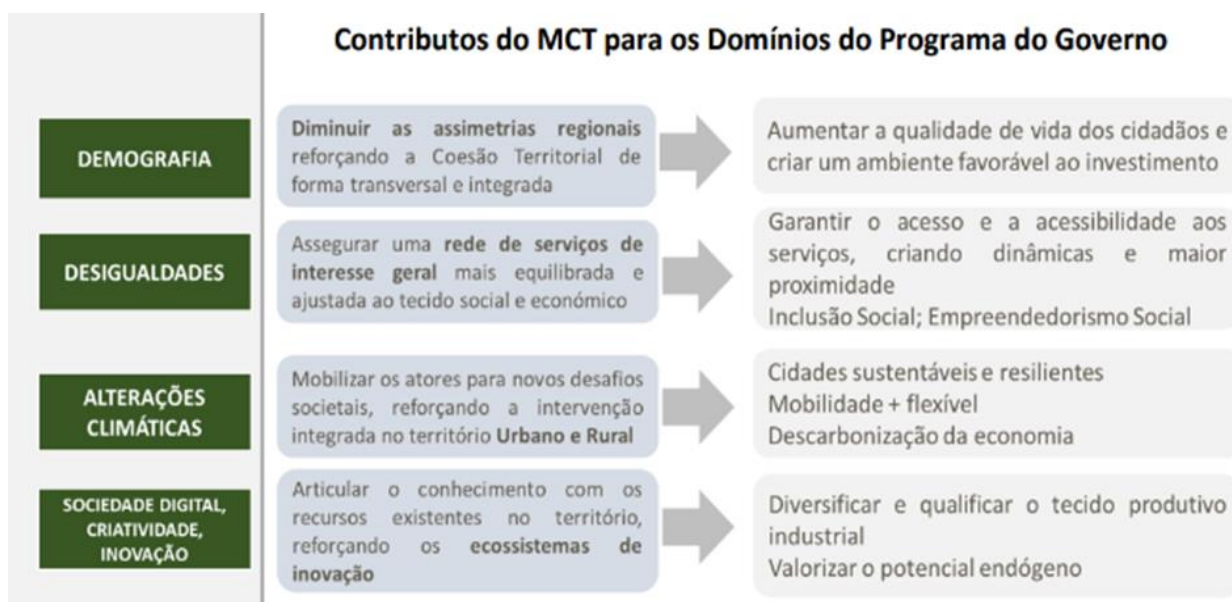
O governo tem criado diversos apoios a quem pretende se fixar no interior, como a criação do programa Emprego Interior MAIS, que oferece uma série de benefícios financeiros, como por exemplo o financiamento de 2.633 euros a quem se mudar para o interior, com um acréscimo de 20% por cada elemento do agregado familiar que acompanhe essa mesma mudança e com a possibilidade de comparticipação dos custos de transporte de bens, até um limite máximo de 4.827 euros para a totalidade do apoio (Pires, 2021).

Para as famílias que pretendam se mudar, passando a sua residência de forma permanente para algum município do interior, estas terão direito a um aumento do limite das deduções em IRS durante três anos, e os estudantes inscritos em instituições de ensino do interior terão direito a um aumento de 10% nas despesas educativas (Pires, 2021).

Também tem sido prioridade do governo captar a vinda dos emigrantes portugueses, com a criação do Programa Regressar, que oferece diversas vantagens, que são ainda superiores caso a pessoa opte por se fixar no interior aquando do seu regresso a Portugal (Pires, 2021).

O governo português tem também feito vários esforços de modo a combater o continuo despovoamento do interior, com a criação do ministério da coesão territorial. Baseado na Estratégia para a Coesão Territorial, o titular da pasta no programa do Governo vai ter como objetivos a diminuição das assimetrias regionais, promover a diminuição das desigualdades entre o interior e o litoral através de um desenvolvimento equilibrado dos territórios, promover a coesão e o reforço da competitividade dos territórios, dando maior nexo às políticas regionais.

Tabela 11



Fonte: XXII Governo Português (2020)

3. Questionário de avaliação aos alunos

Por fim, e como finalização do tema, preparei um *google forms* com várias questões relacionadas com o tema, e de modo a poder avaliar as respostas dos estudantes.

Tendo em conta as aulas que lecionei, e com a respetiva autorização e consenso do professor cooperante, esta foi uma ficha de avaliação de conhecimentos realizada em sala de aula, de forma individual, após a docência de todos os conteúdos relacionados com a atividade prática que iriam realizar.

A elaboração das perguntas foi feita por mim, sendo que para tal dediquei especial atenção a gráficos e tabelas analisados em sala de aula e que também tivessem presentes no manual escolar. Grande parte das perguntas também foram alvo de análise e resposta por parte dos estudantes em sala de aula, sendo a sua correção feita e as respetivas dúvidas resolvidas.

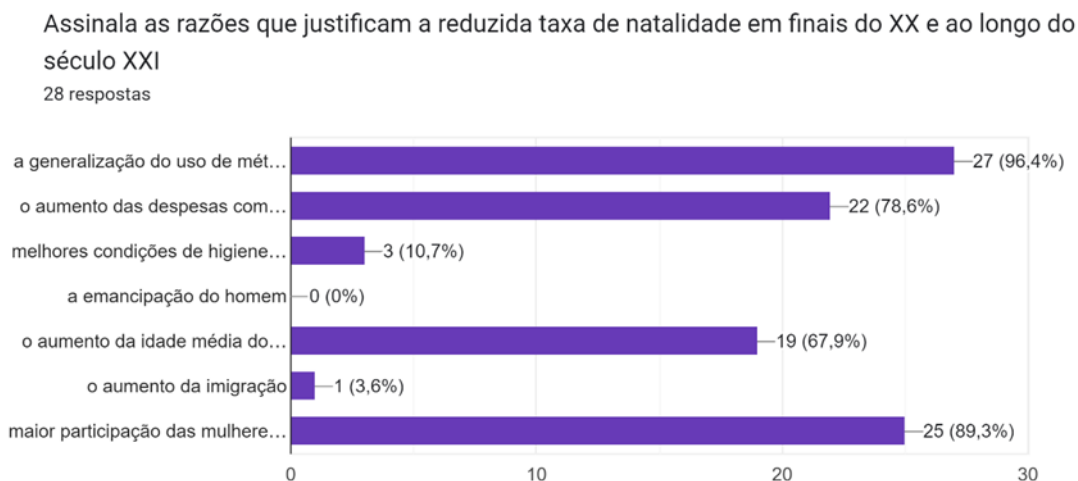
A primeira pergunta foi: quais os motivos para a taxa de mortalidade ser tão elevada até meados do século XX. Esta é uma pergunta essencial para perceber as dinâmicas

populacionais durante o século XX, sendo que para isso decidi colocar várias opções de escolha, em que os estudantes teriam de escolher quais as que mais se adequavam à pergunta em questão. Esta era uma pergunta de grau de exigência fácil, comprovado pelas respostas dadas, na sua maioria acertadas.

As respostas basearam-se muito envolta do atraso da medicina à época, as condições de vida deficitárias, as guerras e a fome. De uma forma geral as respostas corresponderam aquilo que se pretendia, que era enunciar de forma direta as respostas que se pretendiam.

Nesta pergunta a maior parte dos alunos respondeu de forma correta. As opções foram dadas para que pudessem escolher de forma livre as opções que queriam seleccionar. Assim as alíneas que dizem respeito à generalização do uso de métodos contracetivos, aumento das despesas com os filhos, maior participação da mulher no mercado de trabalho e aumento da idade média do casamento foram as opções mais escolhidas pela maioria dos 28 alunos.

Gráfico 8- Respostas à pergunta “razões que justificam a reduzida taxa de natalidade nos finais do século XX e durante o século XXI”



Fonte: Elaboração própria

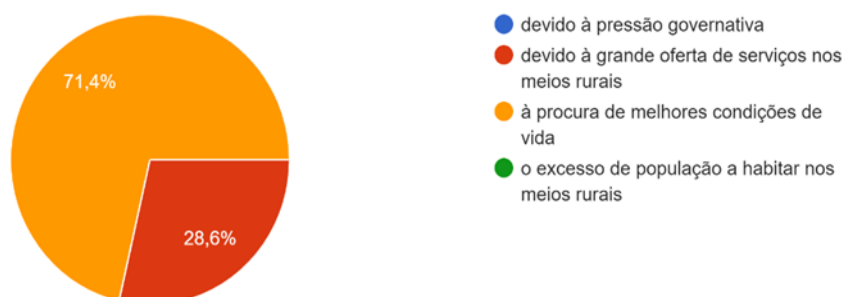
Esta pergunta pode também ser considerada de um grau de exigência pequeno. Esta foi uma questão elaborada com apenas uma hipótese correta de escolha. Assim, e dado que a pergunta foca todo o século XX, era fácil relativamente fácil chegar à opção correta, que era a procura por melhores condições de vida.

Ainda assim, e apesar de 71.4% da turma ter respondido de forma correta à questão, 28.6% da turma, que corresponde a oito alunos, respondeu erradamente, numa pergunta de grau de exigência bastante fácil.

Gráfico 9-Respostas à pergunta “motivos que levaram a que durante o século XX tenha havido o aumento da migração interna para as áreas urbanas”

Quais os motivos que levam a que durante o século XX tenha havido o aumento significativo da migração interna para áreas urbanas em Portugal?

28 respostas



Fonte: Elaboração própria

A pergunta que se segue exigia aos estudantes que soubessem interpretar de forma correta o gráfico, que serviria como auxílio à resposta a dar. Durante as aulas reparei que a grande maioria da turma apresentava grandes dificuldades na interpretação dos elementos de auxílio às questões, sendo mapas, tabelas, artigos noticiosos ou gráficos. Desta forma, um dos objetivos desta pergunta era analisar qual a interpretação que iriam fazer do gráfico, e de que forma este poderia auxiliá-los na resposta a dar.

Deste modo, pretendia-se que uma correta interpretação do gráfico, aliado aos conhecimentos gerais dos alunos, pudesse ser suficiente para responder de forma correta. A grande maioria respondeu entre duas opções que afirmam que houve um decréscimo da população, demonstrando que leram de forma correta o gráfico. No entanto, a resposta correta era “em virtude da 2ª Guerra Mundial, pois a letra A faz menção aos anos 40 do século XX.

Gráfico 10- Evolução da emigração em Portugal, entre 1900 e 2019

O gráfico representa a evolução da emigração em Portugal, entre 1900 e 2019. Qual das seguintes opções é a correta?

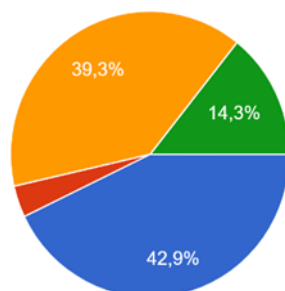


Fonte: Geo.pt 10

Gráfico 11- Respostas à pergunta “qual a evolução da emigração em Portugal, entre 1900 e 2019”

O gráfico representa a evolução da emigração em Portugal, entre 1900 e 2019. Qual das seguintes opções é a correta?

28 respostas



- Na fase A, registou-se um decréscimo da emigração, em virtude da 2ª Guerra Mundial
- Na fase C, registou-se um aumento da emigração, em virtude da 2ª Guerra Mundial
- Na fase A, registou-se um decréscimo da emigração, em virtude da Guerra...
- Na fase C, registou-se um decréscimo da emigração, em virtude da grande d...

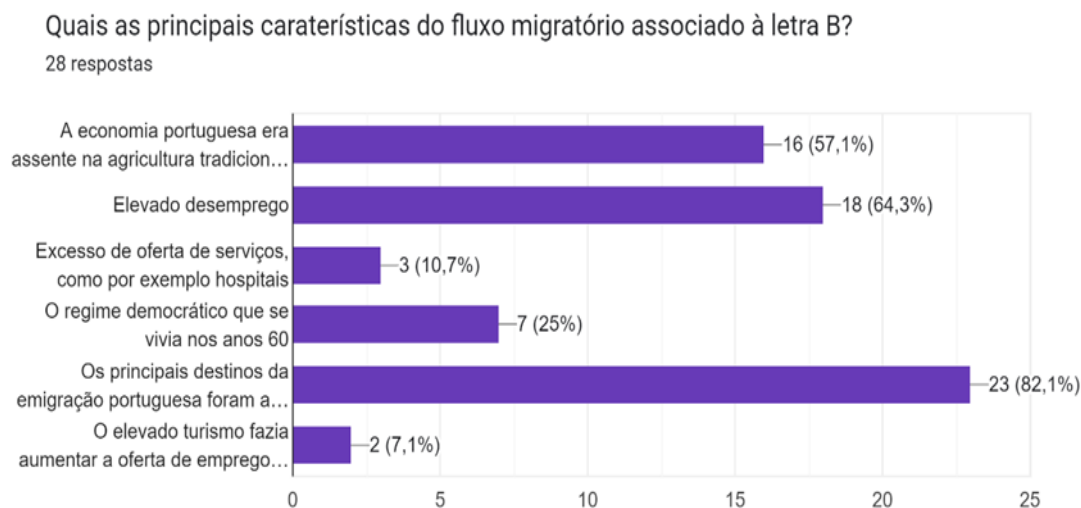
Fonte: Elaboração própria

Partindo do mesmo gráfico da questão anterior, formulei a questão de quais as principais características da emigração associadas à letra B do gráfico. Dado que os estudantes são provenientes de meios urbanos, a emigração é uma realidade que não está tão presente no seu quotidiano. Assim sendo, esta foi uma pergunta que achei pertinente colocar, ainda para mais sendo relacionada com uma temática tão importante para Portugal como é a emigração, e qual a sua preponderância no país.

As opções para os estudantes escolherem incidiam sobre diversos temas, desde a economia do país, o desemprego, os serviços, a política e os países de destino da emigração.

De entre as várias opções dadas, as mais escolhidas foram aquelas que correspondiam às respostas corretas à pergunta efetuada, apesar de ainda um número considerável de alunos ter escolhido três opções que facilmente se excluïam.

Gráfico 12- Respostas à pergunta “quais as principais características do fluxo migratório associado à letra B”



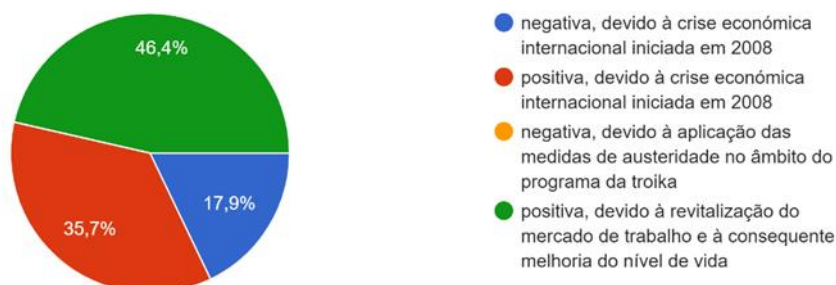
Fonte: Elaboração própria

Esta pergunta incide sobre um tema mais recente no país, dado que aborda o período compreendido entre 2009 e 2013, em que os estudantes tiveram de escolher uma alternativa das quatro apresentadas. Deste modo, e para complicar um pouco a questão, formulei as alternativas de resposta de forma que não bastasse apenas acertar se a evolução era negativa ou positiva, pois teriam de saber a justificação para a opção que fossem escolher.

A justificação foi assim o principal problema para a turma, sendo que apenas 10 alunos, correspondente a 35.7%, acertaram na resposta. Apesar da grande maioria ter respondido “positiva”, foi a justificação que acabou por confundir, levando a que a resposta correta não fosse a mais escolhida.

Gráfico 13- Respostas à pergunta “qual a evolução do nº de emigrantes permanentes entre 2009 e 2013

O nº de emigrantes permanentes registou, entre 2009 e 2013, uma evolução...
28 respostas

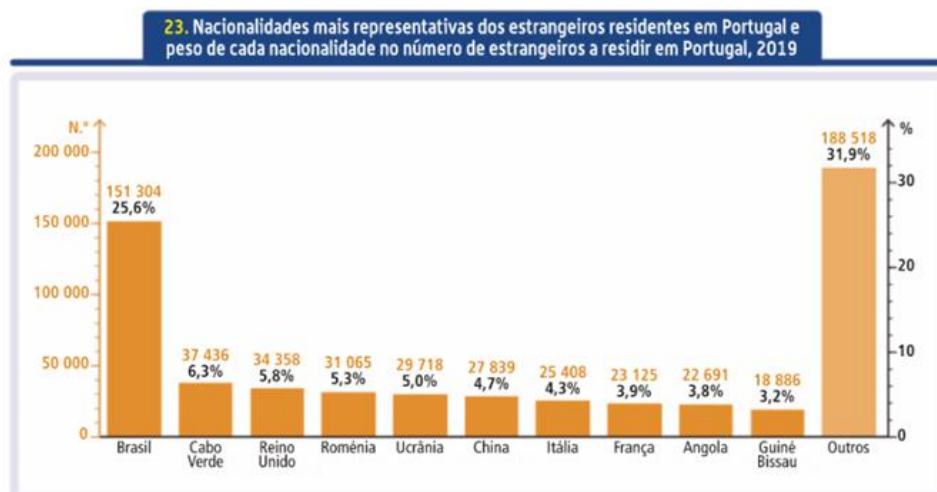


Fonte: Elaboração própria

Esta foi a pergunta onde houve unanimidade, embora fosse bastante fácil de responder. Mais uma vez foi feita especial atenção para a presença de elementos de auxílio à resposta, neste caso um gráfico. Embora a resposta não tivesse evidente através da leitura e análise do gráfico, um dos temas analisados nas aulas foi a presença dos estrangeiros no mercado de trabalho em Portugal, e de que forma a sua presença tem aumentado em Portugal.

Esta era uma questão de escolha múltipla, em que a resposta correta era bastante evidente, também devido às alternativas de escolha. Decidi integrar esta questão pois esta é uma temática que tem sido bastante falada nos noticiários e que foi abordada nas aulas, com grande incidência no peso cada vez maior da população imigrante no setor primário.

Gráfico 14-Nacionalidades mais representativas de estrangeiros a residir em Portugal



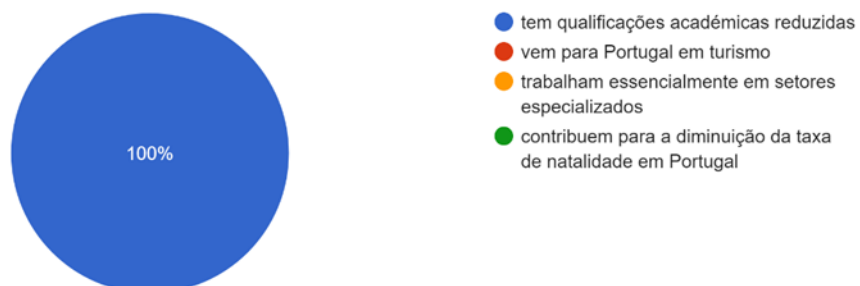
Fonte: Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2019, SEF.

Fonte: Geo.pt 10

Gráfico 15- Respostas à pergunta “Nacionalidades mais representativas de estrangeiros a residir em Portugal

Atualmente, a proveniência dos imigrantes que vivem em Portugal é muito diversa. De forma geral, estes imigrantes

28 respostas



Fonte: Elaboração própria

Por fim, a última pergunta referia-se a quais medidas podem ser tomadas para uma maior valorização do interior. Esta foi uma pergunta de desenvolvimento, efetuada sem o auxílio de qualquer documento ou tabela, portanto as respostas foram ao critério de cada aluno.

Este foi um dos temas mais analisados em aula e um dos que foi dedicado mais tempo, pois a valorização do interior do país é um tema cada vez mais importante para o futuro.

No geral os estudantes responderam de uma forma acertada, sendo que as respostas mais obtidas foram:

- um maior investimento em infraestruturas
- oferecimento de incentivos fiscais
- o aumento das ofertas de emprego
- melhoramento e construção de mais infraestruturas de serviços públicos
- aumentar a frequência de passagem dos transportes públicos nessas localidades

Considerações Finais

O presente relatório de estágio constitui uma investigação em contexto letivo, e que relata a evolução da população portuguesa entre finais do século XIX e a atualidade, assim como um ponto de vista de alunos do 10º ano da Escola Secundária João Gonçalves Zarco, em Matosinhos.

Desde o momento que recebi o manual do 10ºano que reparei que um dos temas que iria ser abordado ao longo do ano letivo seria a evolução e a distribuição da população em Portugal, e desde logo pensei que esse poderia ser uma temática interessante para ser alvo de objeto de estudo no relatório de mestrado.

Deste modo, e após ter chegado a acordo com o professor cooperante, coube-me a docência das aulas relacionadas com estes conteúdos, o que me permitiu ter a flexibilidade e a oportunidade de poder avançar no estudo a ser realizado com os estudantes, assim como perceber quais os tópicos onde apresentavam maiores dificuldades.

Um dos pontos em que reparei que a turma apresentava mais dificuldades era na interpretação de textos, notícias, gráficos, tabelas e mapas, e a sua utilização como instrumento de auxílio na resolução de exercícios. Assim, foi dada especial atenção durante as aulas a este tipo de dificuldade apresentada pela turma, e que foi também alvo de avaliação tanto nos exercícios realizados ao longo do ano letivo, como nos testes de avaliação e no questionário colocado aos alunos, com especial incidência na temática do relatório.

Para além disso, a visita de estudo organizada pelos docentes de Geografia consistiu numa visita às minas da Borralha, pertencente ao concelho de Montalegre, onde os estudantes puderam ter o contacto presencial com a realidade dos meios rurais em Portugal.

Algo em que notei foi a perplexidade de alguns estudantes com a falta de serviços existentes, e com o mau estado das vias. Embora seja algo distante da realidade a que estão habituados, a importância desta visita de estudo é significativa, pois é o exemplo

prático de como as regiões do interior sofrem diariamente com a fraca oferta de serviços essenciais, de mais e melhores ofertas de emprego, sendo que o resultado final vai ser o constante aumento do despovoamento das regiões do interior.

Sem dúvida alguma que a Geografia pode e deve desempenhar um papel fundamental ao longo do percurso escolar dos mais jovens. É essencial que os mais jovens aprendam e fiquem a conhecer durante o seu percurso que a Geografia engloba as mais diversas áreas de estudo, cada uma com a sua importância, sem nunca esquecer o passado, o presente e o futuro dos mais diversos temas em análise.

A evolução da população portuguesa é sem dúvidas um dos temas mais importantes no percurso escolar de um estudante de Geografia. Neste estudo foi feita uma análise desde finais do século XIX até à atualidade da evolução da população portuguesa, sendo alguns dos tópicos abordados os movimentos populacionais, o crescimento das áreas urbanas, o impacto e as consequências da elevada emigração, assim como o aumento do despovoamento no país.

Todos estes tópicos são de extrema importância analisar, e foi com essa finalidade que esta foi a temática escolhida para a composição deste relatório. Assim, e de acordo com os conteúdos programáticos do 10º ano de Geografia, todos esses temas foram analisados na aula, tendo sido complementado com a realização de diversas atividades, e por fim com a realização de uma ficha formativa.

Os resultados obtidos neste estudo são claramente positivos. Através da análise do questionário, que foi a última atividade realizada pelos estudantes sobre esta temática, conclui-se que apesar de alguns erros básicos ainda cometidos por alguns alunos, de forma geral as perguntas foram respondidas de forma correta, o que demonstra uma clara evolução.

As perguntas que exigiam uma justificação para a resposta foram aquelas onde os resultados obtidos não foram tão positivos. Assim, verificou-se uma maior dificuldade nas questões relacionadas com a evolução da emigração, assim como os motivos que originaram o seu aumento. Por outro lado, houve melhorias evidentes na análise feita aos gráficos e tabelas apresentados por parte dos estudantes. Foi deste modo evidente

que as respostas relacionadas com a taxa de natalidade, com a ida para as áreas urbanas da população durante o século XX e as nacionalidades mais representativas em Portugal foram aquelas com taxa de acertividade maior. Na questão de desenvolvimento os estudantes apontaram os elementos básicos como resposta, e que são fundamentais para a vitalização das regiões do interior.

Os objetivos propostos na realização deste relatório foram cumpridos. De forma geral, os alunos apresentam menos dificuldades nos temas relacionados com a geografia humana, no entanto verificava-se a falta de motivação que apresentavam.

Assim, foram importantíssimas as atividades desenvolvidas ao longo do ano, como a aposta no uso das novas tecnologias em sala de aula, de modo a poder dinamizar as aulas e assim captar a atenção dos estudantes, como por exemplo através da visualização de vídeos que demonstrem o crescimento do despovoamento nas regiões do interior, ou até a sugestão de propostas por parte dos estudantes caso tivessem o poder de decisão, de modo a poder combater a saída da população jovem do interior em busca de melhores condições de vida, sem esquecer o papel crucial da visita de estudo, onde os problemas puderam ser vivenciados presencialmente.

Esta foi uma experiência bastante enriquecedora para mim, pois foi a primeira vez que desempenhei o papel de docente. É um desafio encontrar estratégias que possam captar os estudantes para aquilo que lhes pretendemos transmitir, reforçando assim o importante papel do professor como peça fundamental nas escolhas de exercícios, atividades, elaboração de questões, e para o desenvolvimento de capacidades individuais e de trabalhos de grupo.

Referências Bibliográficas

- Afonso, Ó., & Aguiar, Á. (2004). Comércio Externo e Crescimento da Economia Portuguesa no Século XX. Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- Baganha, M. I. B. (1994). As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*, XXIX(4º), 959-980.
- Cravidão, F. D., & Matos, M. A. d. (1990). A População Portuguesa dos Anos 60 ao Final do Século XX- O Envelhecimento Acelerado. *Cadernos de Geografia- Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, (9), 35-48.
https://doi.org/http://dx.doi.org/10.14195/0871-1623_9_2
- De Almeida, M. A. P. (2018). O papel do poder local no combate ao despovoamento em Portugal. In XVI Colóquio Ibérico de Geografia. (pp. 1413-1421). Lisboa: Universidade de Lisboa.
- de Sousa, A. (1995). Os anos 60 da nossa economia. *Análise Social*, 30(133), 613–630.
<http://www.jstor.org/stable/41011110>
- Ferrão, João. "Despovoamento em Áreas Rurais: entre a Inevitabilidade e a Capacidade de Transformação". *Cultivar. Cadernos de Análise Prospetiva* 11 (2018): 13-19.
- Moreira, M. J. G., Rodrigues, T. F., & Henriques, F. d. C. (2009, November). O sistema urbano português. Dinâmicas contemporâneas e diversidade regional: evolução demográfica e bem-estar social. *Revista de Demografia Histórica*, XXVII(1º), 83-114.
- Pires, E. G. (2021, March 13). Quer morar no interior do país? Descubra os municípios que oferecem mais apoios. ECO- Economia Online.
<https://eco.sapo.pt/2021/03/13/quer-morar-no-interior-do-pais-descubra-os-municipios-que-oferecem-mais-apoios/>
- Pires, R. P., Pereira, C., Azevedo, J., Vidigal, I., & Veiga, C. M. (2020, July 14). A emigração portuguesa no século XXI. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 9-38.
<https://journals.openedition.org/spp/7787>

Ramos, Maria da Conceição. Migrações, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais e Regionais, Grandes Problemáticas do Espaço Europeu..., Porto: FLUP, 2012, p. 63 – 102.

Sá Marques, T., de Matos, F., Maia, A., & Ribeiro, D. (2021). Densidades populacionais e territórios em mutação. In Cunha, Lúcio, Santana, Paula, Lourenço, Luciano, Santos, Norberto, & Nossa, Paulo, Geografia turismo e território: livro de homenagem a Fernanda Delgado Cravidão. (pp. 285-308). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Veiga, T. R. (2004). A População Portuguesa no Século XIX (893th ed.). Edições Afrontamento.

XXI Governo Português. (2017, outubro 1). Programa Nacional para a Coesão Territorial - Implementação, Acompanhamento e Monitorização.

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-/ficheiros-coesao-territorial.aspx>

XXII Governo Português. (2020, fevereiro 27). Estratégia para a Coesão Territorial.

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=estrategia-para-a-coesao-territorial>